

PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Director: Samuel Thirion

Nº 23 | Outubro 2001 | Preço: 1 Euro

A afirmação da dimensão social do desenvolvimento rural.



Foto: INDE

P4 a P7 Seminário Agricultura e Desenvolvimento Local
P10 e 11 Pessoas | P12 e 13 Encontros Mundiais do Desenvolvimento Local

Como construir um quadro conceptual que permita sistematizar o melhor da experiência do LEADER I e do LEADER II e transferi-la para o LEADER +, de modo a que, no futuro, se faça ainda melhor o que se fez no passado?

Partindo da própria comunicação da Comissão Europeia aos Estados Membros sobre o LEADER +, a Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II propõe uma reflexão em torno de dois conceitos chave que ocupam um lugar central nesta comunicação: **Desenvolvimento Sustentável e Qualidade**. À luz da análise destes dois conceitos podemos apreciar a sua utilidade e pertinência, tomando em linha de conta que ambos são objecto de processos de definição e de reconhecimento a nível mundial. Daí que a Célula tenha tentado, desde há algum tempo, aprofundar estas questões, convidando as ADL para participarem neste trabalho de reflexão-pesquisa, com a finalidade de produzir um caderno temático sobre cada um destes dois conceitos. Contudo, não se pretende nesta fase propor um quadro de referência já definido, mas antes disponibilizar um conjunto de informações e reflexões que possam facilitar a sua construção colectiva ao nível da rede.

Desenvolvimento Sustentável e Qualidade

Dois conceitos-chave para o futuro

Dois conceitos objecto de acordos a nível global...

Referindo-se aos objectivos do LEADER +, a comunicação da Comissão Europeia aos Estados Membros diz que "a iniciativa visa incentivar a aplicação de **estratégias originais de desenvolvimento sustentável integrados e de grande qualidade...**" e que "a Comissão apoiará a criação de **parcerias de qualidade** entre diversos agentes, quer seja no seio do mesmo território ou entre territórios." Estes princípios, que são reafirmados no Programa Nacional LEADER + aparecem como referências essenciais da nova iniciativa:

— O desenvolvimento sustentável é apontado como objectivo final e reafirmado ao longo da comunicação. Ora o desenvolvimento sustentável é desde os acordos de Rio de Janeiro de 1992 uma referência reconhecida a nível internacional por 182 países (entre os quais todos os países da União Europeia) e tem um sentido muito preciso. Daí que haja todo o interesse em perceber o que significa este conceito nos dias de hoje. Partindo dos textos acordados no Rio e nos encontros posteriores, descobre-se que este conceito (que integra as dimensões sociais económicas e ambientais do desenvolvimento) está em plena sintonia com o LEADER. Mais ainda, o LEADER pode ser, pelas suas características, um contributo essencial para afirmar o desenvolvimento sustentável, nomeadamente pelos princípios de parceria local, da descentralização dos financiamentos e do desenvolvimento integrado.

— De igual modo, quando a Comissão se refere a "estratégias de grande qualidade" e "parceria de qualidade", utiliza um conceito que desde 1989 é objecto de uma reflexão a nível mundial,

nomeadamente no quadro das normas ISO. A qualidade é hoje, de facto, uma referência geral, que inicialmente foi introduzida para responder às necessidades da produção de bens pelas empresas industriais ou agro-alimentares e que progressivamente tem evoluído para entrar na área dos serviços (e, por extensão, da animação). Ora, também aqui se podem encontrar muitos pontos comuns entre a evolução do sentido do conceito de qualidade e a especificidade da metodologia LEADER. Nomeadamente, tudo o que diz respeito à abordagem participativa e ascendente e à proximidade das populações (satisfação dos beneficiários), à autonomia e responsabilidade face aos financiadores (descentralização das decisões de financiamento) e à parceria (a co-produção de um serviço, a co-decisão, etc.), são aspectos essenciais a tomar em conta na qualidade, quando se abordam serviços complexos como a animação para o desenvolvimento de um território rural.

... que podem servir de base para construir em conjunto um quadro conceptual comum para o desenvolvimento local

Os dois conceitos de desenvolvimento sustentável e de qualidade surgem, portanto, como bases possíveis para construir um quadro de referências que ajude, no futuro, a consolidar os processos de desenvolvimento local em meio rural. Para além de estar em sintonia com os objectivos do LEADER +, permitem integrar a acção das ADL num quadro mais amplo, que ultrapassa o mundo rural, e que diz respeito à sociedade em geral. Permitem, pois, situar e articular o contributo específico do LEADER relativamente a objectivos mais gerais e facilitam a ligação com outros processos

de desenvolvimento, nomeadamente no meio urbano e nos países do terceiro mundo.

Por tudo isto, a Célula de Animação propõe que, nesta fase final da animação da rede LEADER II, se aprofundem estes conceitos à luz da experiência do LEADER I e II, com base na experiência das ADL que já trabalharam estes conceitos e no trabalho já realizado pela própria Célula, procurando esclarecer e consensualizar o sentido destes conceitos dentro dos princípios do desenvolvimento local: o que entendemos por sustentabilidade, por "estratégia de qualidade", "parceria de qualidade", etc.

No entanto, o impacto de uma reflexão deste tipo depende da capacidade de enquadrá-la numa dimensão colectiva ao nível da rede, partilhada pelas ADL e pelo Ministério, como financiador. Para facilitar este processo, propomos a produção, o mais participada possível, de dois cadernos temáticos, um sobre cada um dos conceitos, com o objectivo de disponibilizar um conjunto de informações, análises e interrogações que possam incentivar a reflexão colectiva. Trata-se, assim, de "lançar a bola", esperando que seja um contributo significativo para a construção de um quadro de referência comum que afirme "a função de laboratório do LEADER +, no objectivo de fazer emergir e experimentar novas abordagens de desenvolvimento integradas e sustentáveis que influenciem, completem e/ou reforcem a política de desenvolvimento rural na U.E.", segundo a vontade da Comissão Europeia expressa na sua Comunicação aos Estados Membros.

Samuel Thirion
sthirion@inde.pt

(exercício de aquecimento)

só as pessoas,
ao desenvolverem-se,
desenvolvem
o conhecimento humano
que possibilita a transformação e o crescimento
de todas as obras
da humanidade.

(dos "pensamentos de outono" do grande filósofo bin d' há lá,
não se sabe o quê... ao que parece...só fome e bala!)

Parceiros&parcerias

contributo para entender
o que é uma parceria de qualidade

**SALVAR A TERRA,
poderá ser o objectivo comum
de uma grande parceria
entre terrestres?**

1. A tradicional valorização social do conceito de parceiro e parceria.

Do Grande Dicionário da Língua Portuguesa 'Cândido de Figueiredo', 25ª edição, da Bertrand Editora (grande, mas desactualizado e demasiado abrandado para o meu gosto) pude retirar alguns esclarecimentos sobre os conceitos de PARCEIRO e de PARCERIA (ou parçaria).

Ali pode-se ler que PARCEIRO, (do latim *Partiaris*) pode significar: **parelho; par; semelhante; sócio; comparte; companheiro; pessoa com quem se joga; espertalhão; tratamento recíproco dos que foram mordomos de uma festividade no mesmo ano; tratamento recíproco dos pais dos cônjuges.**

Sobre a Parceria ou Parçaria diz-nos, apenas: **Reunião de indivíduos para um fim de interesse comum.**

Mas, relacionadas com PARCEIRO E PARCERIA, encontram-se ali, nas mesmas páginas, pelo menos mais duas palavras que sugerem conotações a valores igualmente pouco definidos e nem sempre bem conceituados socialmente.

São elas: **Parceirada e parceiragem... Parceirada: jogo entre parceiros: «batendo na mesa chamou a atenção da parceirada: estavam duas cartas voltadas».** Parceiragem: «tavolagem frequentada por parceiragem de infima condição»

Embora me pareça que sejam termos com maior utilização e significância no Brasil, também por cá existem muitas pessoas responsáveis por instituições públicas e privadas, para quem **parceiro e parceria** são coisas «**desa malta**», e "**tavolagem (será tabernagem?) e parceiragem**" se identificam com a "**gente de infima condição!**"

Com alguma surpresa minha, constato que o conceito de parceiro e de parceria tem andado, no passado, e possivelmente em muitos juízos dos juízes do presente, estranhamente ligado aos usos

e costumes das 'gentes de infima condição' que compõem os "baixos fundos" da Sociedade.

2. A renovação do valor social e pedagógico dos conceitos de parceiro e parceria, como práticas fundamentais ao exercício da Democracia.

É por demais evidente que a implantação de um regime democrático necessita sempre de revalorizar socialmente os valores e princípios em que a própria Democracia se funda.

No nosso país, sem longos e consolidados períodos de vida democrática na sua história (talvez mais acentuadamente que em outros países apenas periodicamente sujeitos a regimes repressivos), a passagem da condição de oprimido - submetido - desresponsabilizado: à de cidadão livre e, por isso, responsável pela suas escolhas, tem-se processado com assinalável sucesso, mas ainda é longo o caminho a percorrer!

Entre nós, o último quartel do século XX, teve de ser necessariamente dedicado, nem sempre com a persistência devida, à explicitação pedagógica e à divulgação e promoção desses valores e princípios da Democracia.

Como os resultados dessa constante tarefa de educação cívica e política são difíceis de obter a curto prazo, por se tratar de objectivos só alcançáveis pela acção continuada de várias gerações; muito "naturalmente," temos que aceitar a persistência de uma certa confusão em torno dos princípios e valores que referenciam as práticas democráticas.

Certos conceitos, como PARCEIRO e PARCERIA, referentes a princípios, atitudes e práticas indispensáveis ao bom funcionamento de uma Sociedade Democrática, são hoje constantemente evocados. A sua evocação, tão de moda e abrangente, banalizou-se a tal ponto que não responsabiliza ninguém. Pode ser tudo e nada ao mesmo tempo.

Enfim... ao contrário do que se possa pensar, pelas piscadelas de olho que nos fazem e pelos discursos que se ouvem, a força e o número dos que intimamente pensam: "que essa coisa das parcerias; das articulações; das redes, das solidariedades etc., são tudo coisas de utopistas, de irresponsáveis, de falhados que ainda não perceberam que uma gestão rigorosa e objectiva, para durar, tem de ser competitiva, rápida a decidir, sem se deixar inibir e/ou manietar por essas fantasias democráticas, onde todos querem mandar mas ninguém

assume a responsabilidade e bla, bla";

— é uma força de neo-maniqueus; cada vez mais camuflada e perigosa, cada vez mais democrática por fora; cada vez mais concentracionista e desumanizada por dentro.

Claro que todos estes "gestores responsáveis" vão ficando fora de moda e têm vindo a sentir a necessidade incontornável de se reciclarem, de acompanharem "a evolução dos tempos" e, como na moda do vestuário, arranjam outros "trapos" palavras para vestir o mesmo corpo; mudam de chapéu para parecer que mudaram de ideias.

Vai daí, desatam a "receitar e promover parcerias a torto e a direito" em todos os momentos e para todas as situações, possivelmente convencidíssimos de terem encontrado no esvaziamento do conteúdo do conceito, o lenitivo para as angústias que começam a sentir em relação ao futuro e à salvação do modelo de desenvolvimento social e económico em que sempre acreditaram!

Por sua vez, todos os que ao nível das práticas de terreno "temos de agradecer" aos tais gestores, aceitamos sem protestar, sem questionar, sem discutir; as ordens para 'fazer parcerias', mesmo sabendo que os meios e o tempo que nos dão, dificilmente permitem "fazer" outra coisa que alinhar no faz de conta geral, contribuindo desta forma, talvez sem disso nos darmos conta, para a desvalorização social do nosso próprio trabalho.

A este propósito e muito por acaso, calhou encontrar nas mesmas páginas do dicionário consultado, uma outra palavra, cuja ligação e relacionamento ao actual valor dado ao conceito de parceria, me pareceu muito evidente. Essa palavra é - **parastilo** -, o que significa: "Pistilo abortado ou órgão que parece pistilo e não exerce as funções deste".

Por imediata associação de ideias, dei por mim a pensar nas PARCERIAS PARAESTILO, ou seja, nas parcerias que parecendo que o são, não exercem as funções para que foram criadas.

Camilo Mortágua
cmortagua@inde.pt

Realizado no Centro de Actualização Propedéutica e de Formação Técnica de Vairão, com a colaboração da Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho (DRAEDM), o seminário sobre Agricultura e Desenvolvimento Local teve uma grande adesão dos quadros e técnicos da DRAEDM e uma menor participação das ADL. ¶ De acordo com a abordagem proposta no último caderno temático (n.º 9 - Julho de 2001), nomeadamente a metodologia de criação de Projectos Integrados Territoriais Agro-Rurais, as diversas intervenções neste seminário confirmaram, por um lado, a necessidade de uma abordagem integrada a nível de territórios mais pequenos que os do LEADER e a existência de múltiplas oportunidades financeiras neste sentido e, por outro, focalizaram as principais dificuldades ao nível da mobilização dos actores locais e das parcerias inter-institucionais a criar, nomeadamente entre os técnicos do Ministério da Agricultura e das ADL. A experiência francesa apresentada também demonstrou que o principal esforço na sua implementação diz respeito à criação de um diálogo e uma parceria entre os agricultores e outros actores locais, públicos e privados. ¶ A ideia de que este seminário, bem como outros espaços de debate sobre este tema deveriam ser multiplicados, talvez noutras regiões do país e com uma maior participação das ADL dando continuidade aos intercâmbios com experiências de outros países, foi igualmente um aspecto que ficou patente em Vairão.

Campus Agrário de Vairão, 24 de Setembro de 2001

Agricultura e Desenvolvimento Local:

Seminário Temático realizado na sequência dos cadernos temáticos n.ºs 7 e 9

Na abertura dos trabalhos, que decorreram no auditório do Campus Agrário de Vairão, a subdirectora regional da DRAEDM, Maria Ângela Vasconcelos, manifestou a satisfação daquela Direcção pela escolha da região para a realização do seminário e fez uma breve apresentação do tema, referindo a importância do mesmo para os técnicos da DRAEDM, o que terá contribuído para a sua forte mobilização.

Após esta introdução, a Célula de Animação apresentou uma perspectiva evolutiva das políticas agrícolas europeias, realçando a importância actual da territorialização dessas medidas face às medidas "produtivistas" que caracterizaram o lançamento da Política Agrícola Comum (PAC). Seguiu-se a apresentação do trabalho realizado pela Célula de Animação para o Caderno Temático n.º 9 onde se propõe uma metodologia de criação e implementação de Projectos Integrados Territoriais Agro-Rurais. (intervenção disponível, na íntegra, no Site da Célula)

De uma maneira geral, os participantes foram unânimes ao considerar a proposta de abordagem interessante, o que criou alguma expectativa sobre as intervenções da tarde, durante a qual os convidados franceses apresentaram exemplos de projectos territorializados naquele país, bem como os principais ensinamentos da sua aplicação prática, (ver artigo seguinte).

Esta questão - da territorialização do apoio à agricultura - foi referida como uma preocupação que já vem de longe. A subdirectora regional da DRAEDM lembrou a experiência do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP), chamando a atenção para projectos daquele ministério em que a abordagem territorial foi utilizada, como por exemplo, o PDAR (Programa de Desenvolvimento Agrícola e Regional) com territórios pré-definidos em manchas homogéneas. E Pedro Dornellas, da VICENTINA, também recordou que no passado existiram diversas experiências de abordagem territorial da agricultura, como por exemplo, as experiências das juntas de colonização interna, os projectos para os perímetros de rega, a extensão rural e, mais recentemente, as intervenções nas áreas protegidas.

A luz destas diversas experiências e com a presença de numerosos técnicos do MADRP, assim como de alguns técnicos das ADL, foi possível aprofundar as questões levantadas sobre este tema, realçando as oportunidades, dificuldades e soluções que se podem encontrar hoje para a sua aplicação. A seguir, apresentamos aqui algumas das conclusões mais significativas deste seminário, sobre as quais se verificou uma certa convergência de opiniões.

Actuar a nível micro-local com contratos integrados que se inscrevem no tempo

Em primeiro lugar, ficou patente que o território de aplicação de projectos desta natureza deverá ser de pequena dimensão. Para Maria Ângela Vasconcelos da DRAEDM os programas de apoio não podem ter um âmbito muito alargado, não se devendo partir para uma região como Entre-Douro e Minho ou para um agrupamento de concelhos, mas antes para programas mais pequenos que facilitem a ligação directa entre os interessados, de forma a que haja um aprofundamento do trabalho colectivo evitando assim a situação actual em que os apoios individuais ficam isolados, dentro do território. De facto, já existe uma situação de contratação dos produtores mas são contratos anuais e parciais. Assim, seria de todo o interesse realizar um trabalho de concertação para que os contratos que existem não sejam desgarrados. Ou seja, no fundo, existir uma "contratualização dos próprios contratos" a nível de um território pequeno e já com uma perspectiva plurianual por forma a verificar-se um efeito maior sobre o território.

Francisco Teixeira, da DRAEDM, também reforçou esta ideia chamando a atenção sobre a necessidade de uma associação ou grupo local que pudesse fazer a ligação. "Isso não pode ser feito por qualquer entidade, indivíduo ou associação", referiu este técnico. "Não pode ser, por exemplo, uma associação de criadores de gado, podendo liderar na sua área mas já não é aquele projecto integrado que procuramos. Um Projecto Integrado Territorial tem que ser algo com uma actividade mais vasta", disse ainda.

O principal problema reside na mobilização dos actores, questionando o papel das ADL

A maior dificuldade encontra-se na mobilização dos diversos intervenientes num território para criar uma parceria adaptada a este tipo de abordagem, levando as ADL nesta mobilização. "Pelo que conheço de algumas ADL", diz Francisco Teixeira, "estou convencido que elas reúnem um consenso local importante para levar por diante este tipo de projecto. Penso que era importante que essas ADL fossem activadas com pessoal qualificado que tivesse uma acção importante de mobilização dos diferentes agentes".

Sobre o papel das ADL, foi interessante a intervenção da VICENTINA. Pedro Dornellas, embora não defenda um "protagonismo especial" destas associações, afirma que poderão ter um papel importante nestes projectos ligados à actividade

agrícola. Se até agora assim não foi é porque a maioria das ADL nasceram com o LEADER I e, portanto, os seus planos de acção tiveram de se adaptar aos programas existentes, o que levou a que a agricultura e a floresta não fossem integradas nos seus planos de desenvolvimento local. No entanto, com a actual diversificação de apoios, nomeadamente com as acções 7 e 8 e a subacção 5.3 da medida AGRIS, a questão ganha actualidade, dentro dos limites dos fundos disponíveis.

Contudo, o técnico da VICENTINA chama a atenção que não podem ser só as ADL, os promotores - nem só os agricultores, ou autarquias, ou as Direcções Regionais de agricultura, etc. - a participar neste tipo de projecto, mas sim todos, em conjunto. Pedro Dornellas insistiu particularmente sobre o papel das autarquias que dispõem de instrumentos financeiros importantes para a criação de planos de estruturação agrária para o ordenamento do território, nomeadamente na criação dos PDM (Planos Directores Municipais). Se estes planos forem concebidos de forma integrada, com outros actores do território, poderão tornar-se em verdadeiros planos integrados consensualizados a nível local, em que as prioridades estratégicas de desenvolvimento estariam definidas. "Se dispusessemos nos territórios onde intervimos de estratégias concertadas e aprovadas, integradas nos PDM, deixavam de ser as ADL a ir além da sua função e cumpriram outra função de cidadania". Contudo, como disse Rolando Pimenta da DOLMEN, há que considerar que para programas deste tipo, há necessidade de articular a intervenção de vários municípios e neste ponto também as ADL podem ter um papel importante.

Desenvolver as relações entre os técnicos do Ministério da Agricultura e das ADL

Para facilitar uma tal mobilização, a parceria entre as ADL e o Ministério aparece como um ponto central e sobre o qual há ainda muito a fazer. Logo no início do seminário a subdirectora regional da DRAEDM chamou a atenção sobre as carências existentes a este respeito. "Quando fomos contactados pela INDE para este seminário, uma das questões que nos levou a aceitar o convite, independentemente da importância do tema, foi o sentimento da falta de ligação que existe entre as ADL e os técnicos do MADRP. Desde o LEADER I que muitas vezes comentei com tristeza que vi alguma separação entre as ADL e esses técnicos do MADRP. As ligações que existiam eram mais pessoais que institucionais. Tentou-se que o LEADER II fosse diferente e já o foi mas ainda não o suficiente.



foto: Luis Alvarez

Integrar a dimensão agrícola numa abordagem territorial



fotos: Luis Alvarez

Acho extremamente importante o relacionamento, o envolvimento e a cumplicidade para este tipo de abordagem entre as ADL e os técnicos da nossa organização, trabalhem ou não directamente num âmbito mais global ou mais específico no âmbito da DRA".

A aproximação entre técnicos do Ministério e das ADL é também uma questão de linguagem e referências comuns. Como foi referido por um outro interveniente da DRAEDM, os técnicos das ADL já têm uma forte sensibilização e preparação para o desenvolvimento local que muitos técnicos do Ministério ainda não têm e aí a formação poderá ter um papel importante. "Quando nos anos 80 se iniciou o processo de descentralização do Ministério da Agricultura, com a criação das zonas agrárias, houve uma preocupação na formação dos técnicos do Ministério, na área social e de desenvolvimento, etc., em cursos de extensão rural. Havia a consciência de que a evolução da agricultura passava pela formação e desenvolvimento dos vários agentes, entre os quais os agricultores. Nos anos 90, após a adesão à Comunidade Europeia, deixou de se fazer a formação na área do desenvolvimento rural, dando-se mais importância às medidas de apoio à produção."

Contudo, como recorda Francisco Teixeira, a situação actual é bem diferente da de há dez ou quinze anos atrás. Hoje existe um maior entendimento entre as pessoas e as instituições que compõem um território. Do lado dos agricultores (peças fundamentais dos projectos apresentados) existe uma maior receptividade face às questões de desenvolvimento rural que ultrapassam a produção de bens alimentares - lembrando o conceito de multifuncionalidade da actividade que foi apresentado. No entanto, o mesmo técnico alerta para a necessidade de "muita prática para se fazer, e convencer os diferentes actores da importância deste tipo de projectos de natureza territorial".

E que fazer no futuro?

Da apresentação feita pelos convidados franceses surgiram várias questões e sugestões do que poderia ser feito no nosso país numa abordagem futura. As primeiras reacções surgiram da parte de instituições ligadas ao MADRP que estavam presentes. Paulo Castro, técnico da DRA, realçou a importância da metodologia apresentada, e referiu uma situação actual que poderia evoluir para uma metodologia seme-

lhante no futuro próximo. São as medidas agro-ambientais - para as quais há um grupo de trabalho de técnicos do MADRP e do Ministério do Ambiente - aplicadas a um território específico. Para esses territórios, que correspondem em Portugal às áreas protegidas, estão a ser criados planos zonais onde se poderiam desenhar medidas que prevejam a participação das populações locais, nomeadamente dos agricultores.

Outros territórios propostos para a mesma aplicação foram as "zonas sensíveis" de ambiente onde se está a aplicar a directiva dos nitratos, com a vantagem de serem mais pequenos e mais fáceis de definir administrativamente.

Outro aspecto a trabalhar no futuro é a ligação com os consumidores - considerado hoje o "terceiro pilar da PAC". A este respeito a experiência dos CSA chamou todo o interesse dos participantes nos debates, dando exemplo do que será desejável atingir em que são os próprios consumidores que se sentem parte «do sistema produtivo». Seria interessante podermos vir a trabalhar nalguma experiência piloto desse tipo.

Em conclusão, os participantes deste seminário foram unânimes quanto ao interesse desta abordagem da agricultura para o desenvolvimento das zonas rurais. A ideia de repetir, noutros locais do país, o seminário seria importante quer para aprofundar o tema quer para mobilizar mais gente, nomeadamente técnicos das ADL. Simultaneamente, poderia ser também o primeiro passo para a criação de uma rede de experiências a nível nacional, permitindo juntar as diversas iniciativas realizadas neste campo, como por exemplo na aplicação das acções 7 e 8 e sub-acção 5.3 da medida AGRIS, as intervenções nas áreas protegidas, etc., confrontando as dificuldades e soluções encontradas para poder afirmar algumas referências metodológicas comuns. O que também seria interessante era esta rede ter uma dimensão internacional, em ligação com abordagens similares em outros países, dando continuidade ao primeiro contacto realizado durante este seminário com os exemplos apresentados pelos convidados franceses.

L.A. e S.T.
lalvarez@inde.pt
sthirion@inde.pt

O seminário que decorreu em Vairão teve a participação de três convidados franceses que apresentaram a aplicação no terreno das novas orientações da política agrícola e de desenvolvimento rural naquele país. O objectivo foi ilustrar e alimentar o debate, com exemplos concretos, sobre a abordagem proposta pela Célula de Animação no caderno temático n.º 9, nomeadamente a criação e implementação de projectos territoriais agro-rurais. O interesse da experiência francesa reside na articulação entre as políticas nacionais e as parcerias a nível local ("Pays" e LEADER) ou micro-local (CTE), o que permite dar consistência a uma nova relação entre agricultura e sociedade, apesar das dificuldades inerentes a um mundo agrícola fortemente estruturado e habituado a políticas de apoio sectorializadas.

Territorialização e Contractualização: duas palavras-chave na política agrícola e de desenvolvimento rural francesa

O nível nacional

A primeira parte da apresentação do caso francês foi da responsabilidade de Jean-Charles Lollier do CNASEA (Organismo francês equivalente ao IFA-DAP). Lollier referiu as políticas nacionais ligadas ao desenvolvimento rural, traçando um quadro geral de evolução actual das políticas de apoio ao mundo rural, à volta dos conceitos de territorialização e contractualização, e ilustrou esta nova tendência no seio de dois ministérios.

Por um lado, o Ministério do Ordenamento do Território introduziu, em Junho de 1999, uma nova Lei de Orientação para o Ordenamento do Território. Resultado da tomada de consciência da parte do Governo em relação a um certo desajuste entre a divisão administrativa e os hábitos de vida em cada território, esta nova lei introduz a possibilidade de constituir pequenos territórios chamados "Pays" (mais ou menos do tamanho dos territórios LEADER), cujos limites são definidos pelos próprios actores locais num processo de concertação local de baixo para cima.

Na realidade, existem muitas semelhanças entre o LEADER e esta "Política dos Pays" que representa, de facto, uma das primeiras políticas nacionais a nível europeu que utiliza a metodologia do LEADER com financiamento próprio do país. Cada pequeno território - "Pays" - constitui-se à volta de uma parceria local, sob a forma de um Conselho de Desenvolvimento, e tem um contrato com a Região (nível superior), recebendo desta uma subvenção global para a implementação de um plano de acção plurianual elaborado a nível local. Essa subvenção é financiada através de uma linha orçamental especial que está incluída nos Contratos Planos Estado-Região (contratos plurianuais entre o Estado e cada região, definidos por períodos, em sintonia com os períodos fixados a nível europeu: 1994-1999 e agora 2000-2001).

Por outro lado, o Ministério da Agricultura também implementou uma reforma importante na mesma altura (Julho 1999) através da nova Lei de Orientação Agrícola. Considerando as novas orientações da PAC a nível europeu, nomeadamente no quadro do "segundo pilar" (RDR), esta lei introduz

a ideia do CTE (Contrato Territorial de Exploração) que permite definir um contrato global a nível de cada exploração agrícola, integrando os diversos apoios existentes, conjuntamente com os outros agricultores de um mesmo pequeno território a nível micro-local (No caderno temático n.º 9 existe uma descrição detalhada desta figura).

No entanto, se esta lei parece interessante na sua concepção, a sua aplicação concreta confronta-se muitas vezes com um contexto institucional pouco favorável, nomeadamente devido ao peso das grandes organizações agrícolas e das Câmaras de Agricultura que estão habituadas a outro tipo de intervenção e acabam por aplicar os CTE de uma maneira administrativa, esvaziando-os da sua dimensão territorial e de concertação local. A boa aplicação dos CTE necessita, portanto, de um profundo trabalho no terreno para contrabalançar estas tendências, existindo algumas experiências interessantes neste sentido.

O nível local

A este respeito foi interessante ouvir Olivier Baccialone do grupo LEADER II do Vale de Adour (zona situada no Sul-Oeste da França, perto dos Pirinéus). Na sua intervenção, Olivier Baccialone ilustrou um caso de aplicação dos CTE no seu território, onde tentando seguir o espírito da lei francesa, e apoiando-se para isso na lei dos "Pays" se procurou introduzir progressivamente mudanças radicais no posicionamento e nas práticas dos agricultores.

O Vale de Adour é um território onde predomina a agricultura intensiva, nomeadamente a cultura do milho na planície ao longo do rio Adour (ver mapa) onde os agricultores acabaram com todas as infra-estruturas tradicionais (canais, sebes vivas, etc.) para criar grandes parcelas mecanizadas (ver fotos), chegando a plantar milho até a meio do rio durante o Verão! Daí que os problemas ambientais ligados à agricultura intensiva começaram a ter um impacto directo sobre a vida das populações locais: poluição dos lençóis freáticos, desaparecimento das águas potáveis, erosão das ribas do rio e, mais recentemente, graves inundações. Tendo em conta a importância do

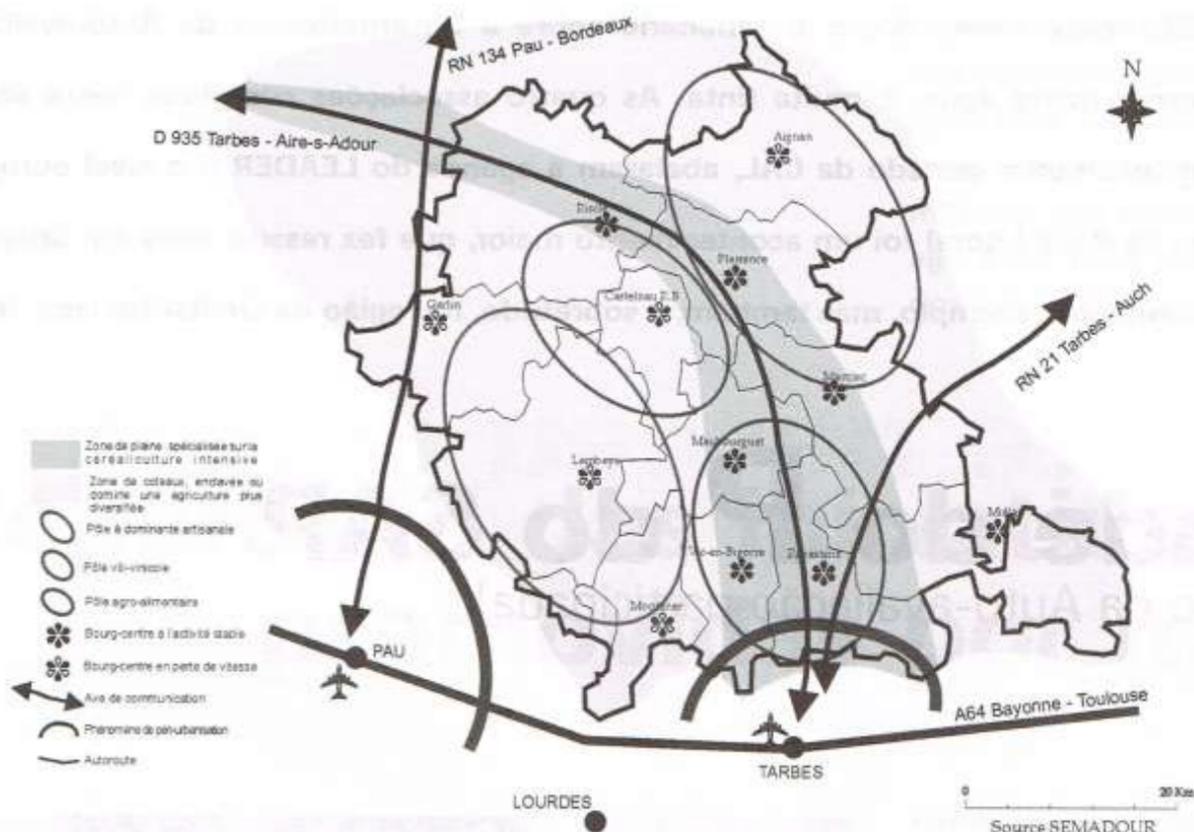
problema, já no LEADER II, o GAL baseou toda a sua intervenção à volta do tema federador da água, tentando criar um diálogo entre os diversos actores da região sobre esta questão crucial, incluindo naturalmente os agricultores.

Aproveitando os novos quadros das políticas nacionais anteriormente expostas, Olivier Baccialone explica como, pela articulação entre diversas políticas, seria possível atingir os objectivos fixados. Objectivos estes, segundo Olivier, muito dificilmente alcançados se estas políticas fossem aplicadas de maneira isolada ou não integrada.

Assim, seguindo o quadro das políticas dos "Pays" o grupo local LEADER II estrutura-se em três tipos de organizações: o Conselho de Desenvolvimento como parceria local de concertação, envolvendo a grande maioria dos actores locais (constituído por 400 membros que têm várias origens - agricultores, associações de consumidores, professores, economistas); o agrupamento de interesse dos municípios como instância política, com a qual é estabelecido um contrato com as Regiões a que pertence o território; e, finalmente, a rede dos animadores locais que tem a sua própria organização formal ("Semadour", como agência de desenvolvimento local), contratada pela instância política para assegurar a animação do território.

A aplicação da política dos "Pays" tem muitas vantagens para este território: em primeiro lugar, permite afirmar o território como entidade própria na continuidade do trabalho realizado durante o LEADER II, independentemente das divisões administrativas existentes (o território do Vale de Adour é abrangido por três regiões administrativas diferentes). Em segundo lugar, a aplicação do "Pays" serve de base, segundo a lei, para a elaboração de uma "Carta de Território" que foi objecto de uma longa concertação entre os actores da zona, incluindo os agricultores e levando os mesmos a se comprometer globalmente com orientações gerais que tomam em conta os interesses dos habitantes em geral.

Além da política dos "Pays", o grupo local também apresentou uma candidatura para o LEADER+ que lhe vai permitir reforçar as orientações definidas para o "Pays" e introduzir uma dimensão piloto.



fotos: SEMADOUR

Nomeadamente o tema federador da qualidade de vida que permite focalizar os objectivos dos actores locais sobre este aspecto e dispor de um quadro de negociação ainda mais preciso, sobretudo entre produtores e consumidores.

Finalmente, a aplicação dos CTE é o terceiro instrumento que o grupo utiliza para levar uma negociação com os agricultores e introduzir progressivamente uma orientação que seja mais de acordo com os interesses gerais dos habitantes e dos consumidores. No entanto, a este nível o grupo confronta-se com uma série de dificuldades ligadas ao peso das organizações agrícolas tradicionais e aos hábitos muito fortes dos agricultores que dificilmente aceitam uma mudança nos seus sistemas de produção.

O nível micro-local

Sobre este aspecto, a intervenção de Eric Febvre, animador da equipa do GAL, foi bastante esclarecedora quanto às dificuldades encontradas na aplicação dos CTE a nível local e das possíveis soluções para ultrapassar as mesmas. Partindo da experiência acumulada desde há vários anos pelo grupo local, Eric apresentou uma exaustiva análise de todas as implicações de uma negociação entre agricultores e actores locais para um projecto territorial agro-rural.

Procurando que a aplicação de um CTE a nível micro-local resulte da escolha de acções pelos agricultores, e tomando em conta as expectativas dos actores locais não agrícolas, com quem se estabelece um diálogo aberto, o maior risco com o qual se confronta o grupo de acção local é o desfasamento entre as opções dos agricultores e as expectativas e prioridades dos actores locais. Por exemplo, no que diz respeito à preservação da paisagem e ordenamento do território, os interesses podem ser divergentes quanto ao tipo de intervenção a fazer, ao local da sua aplicação, etc. Um outro tipo de dificuldade que se pode encontrar é a impossibilidade de conseguir um acordo entre todos os agricultores. Basta que haja um que não aceite as medidas acordadas para que apareça uma "zona negra" na paisagem.

Para evitar ou ultrapassar essas dificuldades, o trabalho à escala local é uma etapa essencial antes de descer ao nível das explorações agrícolas. Pelo que deverá incluir um profundo diagnóstico territorial local e a confrontação dos vários pontos de vista entre os actores locais, os peritos, etc. O estabelecimento de uma cartografia detalhada onde estejam representadas as diversas expectativas, e a sua comparação com a repartição das parcelas pode ajudar os agricultores a propor e a definir objectivos de acção assim como locais de intervenção.

Outro aspecto que também deve ser levado em conta é a reticência dos agricultores. Um ponto que pode levantar questões mais profundas que vão além dos interesses imediatos e que têm a ver com a sua própria identidade: Por exemplo, os agricultores têm muitas vezes dificuldades em aceitar que outros actores tenham uma palavra a dizer sobre a maneira de utilizar a sua terra. Nomeadamente os agricultores que estão a praticar uma agricultura muito intensiva não estão nada receptivos a este tipo de situação e face ao receio de uma agricultura "criticada" pela sociedade podem ter a reacção do "status quo", fechando-se completamente a qualquer diálogo.

Para evitar este tipo de situação, é necessário um trabalho pedagógico a longo prazo, evitando assim situações de desfasamento, demasiado importantes entre as expectativas dos dois lados. Neste aspecto, a formação, para encontrar uma linguagem comum, e a investigação enquanto meio de facilitar o diálogo e o acesso a dados objectivos (resultado de um trabalho de pesquisa realizado por pessoas ou instituições externas), também podem ser muito úteis.

A nível institucional, a existência da Carta do Território elaborada no quadro do "Pays", é um elemento-chave, uma vez que se trata de um documento discutido a nível da micro-região com a participação dos próprios agricultores. Também é fundamental a implicação das Câmaras Municipais que frente a um problema de ordem pública podem chegar a intervir em termos de financiamento. Assim certas Câmaras Municipais chegaram a co-financiar as medidas de apoio no quadro dos CTE, o que foi um elemento decisivo para faci-

litar a sua aceitação pelos agricultores (não tendo que co-financiar eles próprios os investimentos).

Em conclusão, o exemplo do Vale de Adour ilustra as dificuldades concretas que existem na aplicação de projectos integrados territoriais agro-rurais e diversas soluções possíveis face a essas dificuldades. Um profundo trabalho no terreno, inscrevendo-se num processo a longo prazo e apoiando-se sobre as diversas políticas e procurando outros tipos de apoio, nomeadamente a nível das Câmaras Municipais, revela-se não só necessário como põe em relevo o papel fundamental que podem ter os grupos LEADER neste processo (como aconteceu no Vale de Adour).

A considerar ainda que as dificuldades encontradas neste tipo de abordagem têm de ser relativizadas no actual quadro da PAC, que na maioria das vezes ainda não é suficientemente incitador para os agricultores, sobretudo quando já estão fortemente envolvidos numa lógica de maior produtividade. Nesta perspectiva a introdução da eco-condicionalidade, que está a ser discutida neste momento a nível europeu para as reformas intermédias (2003-2004), poderia ser um elemento decisivo na inversão desta situação.

O exemplo francês mostra portanto que neste tipo de abordagem ainda estamos muito no início e que qualquer experiência neste âmbito, ainda que com carácter piloto, poderá ser muito útil no futuro. Assim, haverá todo o interesse em interligar as experiências existentes a nível europeu para trocar metodologias e tirar ensinamentos úteis para a definição de políticas ajustadas.

Foi este, aliás, o objectivo da participação destes parceiros franceses neste seminário, onde também procuraram estabelecer alguns contactos com pessoas ou instituições que estão a trabalhar no mesmo caminho em outros países. Depois deste primeiro passo em Vairão, espera-se agora dar continuidade a este contacto com as ADL e as instituições nacionais ou regionais interessadas.

S.T.
sthirion@inde.pt

P.S. Mais informações sobre o grupo LEADER Vale de Adour podem ser obtidas no seu site: www.valdadour.com

Desde Julho de 2000, desde Viseu, desde o seminário sobre a Sistematização da Auto-avaliação Participada (SAP), correu muita água. E muita tinta. As quatro associações cúmplices nesta acção, animadas pelo acompanhamento cerrado da CAL, abalaram a agenda do LEADER II a nível europeu. O seminário do grupo da Beira Litoral foi um acontecimento maior, que fez ressoar ecos em Bruxelas, nas Astúrias, na Catalunha, por exemplo, mas também, e sobretudo, na região da Emilia-Romana, Itália.

Da dificuldade do P do SAP

[Sistematização da Auto-avaliação participada]

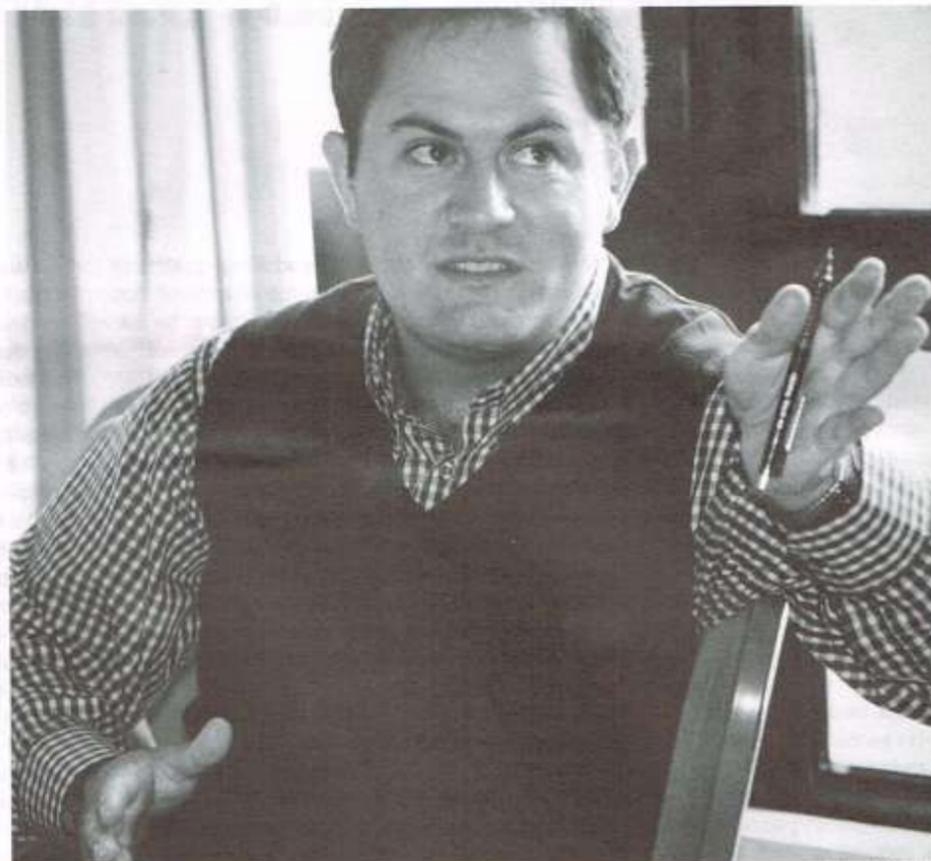
Uma pessoa, positivamente marcada por esta experiência, decidiu ir mais longe, acreditar e apostar nas potencialidades de projecção do método. Luca Marangoni, da direcção-geral de agricultura na Emilia-Romana, responsável pelo programa LEADER e objectivo 5B nessa região italiana, de regresso a Portugal, veio dar e recolher notícias. A primeira etapa do seu périplo de cariz metodológico foi Coimbra. O encontro do dia 21 de Setembro de 2001 serviu para fazer o ponto de situação: afinal o que é que tinha acontecido ao método, desde o ano passado? Estiveram presentes membros da CAL, o responsável italiano e representantes das associações ADICES e AD ELO.

Participar: quem?, porquê?, como?

As associações tiveram em mão um método, que, neste caso, ajudaram a construir, pronto a usar no quadro da elaboração da candidatura ao LEADER+. Entre a teoria e a prática... Segundo Mário Fidalgo, da AD ELO, "até hoje, ainda não foi possível aplicar o SAP na íntegra, a vertente participativa não funcionou". O que é que correu mal? Como factores condicionantes, aponta-se a falta de vontade, de conhecimentos, e sugere-se também a posição das pessoas na hierarquia das instituições. Enquanto os responsáveis de entidades locais se obstinaram a mandar para os representar, os tradicionais representantes, cujas conclusões e visões só podem assumir, por falta de experiência ou de conhecimentos, a priori, uma dimensão mais restrita, desviante ou inoperante, dificilmente se poderão esperar resultados condignos e/ou dignos de interesse. Se, por outro lado, nesse conjunto de pessoas convidadas a pronunciarem-se, há pessoas que impõem as suas ideias e que, dessa feita, teimam em orientar o debate, deixa de haver matéria para reflexão, pois assumirá um cunho demasiado unívoco. Refira-se também que outro obstáculo pressentido, aquando dessa experiência, adveio da dificuldade em passar a reflexão para o papel. Em definitivo, a constatação de Mário Fidalgo quanto ao exercício sobre a primeira etapa do método foi conclusiva, "se sobre o território não se chegou a nada de concreto, não iríamos avançar para outras etapas". Não obstante, a associação admitiu que os resultados desta acção serviram "como instrumento de orientação enriquecedor", a tal ponto que no seu PDL a AD ELO inseriu conclusões tiradas do método.

A caminho da rede

Em Viseu, Portugal mostrou-se como país pioneiro em matéria de auto-avaliação. A mensagem passou. Desde aí, o cenário "leadereano" europeu mudou. Luca Marangoni confirma "a importância e o reconhecimento do instrumento da avaliação/auto-avaliação no LEADER+, tanto mais que este é o único método de avaliação, com uma dimensão participativa, disponível hoje a nível europeu". Conquistado pela justeza do método de auto-avaliação, Marangoni fez sua a missão de integrar o SAP no programa regional da Emilia-Romana.



Luca Marangoni

foto: MRAranha

Assim, a sua aplicação é obrigatória para o GAL. Aqui reside, provavelmente, a diferença entre as duas maneiras de encarar o mesmo instrumento, ou seja, para uns, há obrigatoriedade, e para os outros, é deixado ao sabor da vontade. Mário Fidalgo socorre-se de uma imagem bíblica para confirmar esta ideia, "a mensagem tem que vir de cima, nós, a associação somos um David que não consegue chamar a si as entidades para estes momentos".

Alguém dizia, "o importante é participar". Como? Não há uma solução única para o P do SAP. Mas, de facto, é a partir dele que surgem logo os primeiros entraves. Para fazer frente, há várias estratégias possíveis e aplicáveis. Os testemunhos têm que circular e as experiências devem ser trocadas, daí a criação de uma rede surgir como uma evidência. Isto torna-se ainda mais verdade, quando, não há só um, mas sim, três métodos para reflectir e afinar: o SAP, o SEP (sistematização de estratégias participativas) e o SIP (sistematização de informação participativa). Este último está a ser elaborado em parceria com a região da Emilia-Romana. Os métodos sendo abertos, tornam-se uma fonte rica de informação em termos de práticas de aplicação. A articulação entre o SAP, o SEP e o SIP também é um elemento importante: a forma como um pode alimentar os outros, como a informação pode circular entre os três, etc., irá provavelmente facilitar a aplicação de cada um e ajudar a concretizar a dimensão do P. Além da integração dos métodos em si, projecta-se que a rede contenha uma base de dados com experiências de aplicação. E, já agora, porque não introduzir também uma base com tipologias distintas de Participação? Não perca os próximos capítulos sempre no PL...

Maria do Rosário Aranha
maranha@inde.pt

Acaba de ser editado pela Célula de Animação o Repertório das Iniciativas promovidas por Mulheres. Previsto na programação da Célula, esta obra culmina um trabalho de pesquisa junto das Associações LEADER e respectivas promotoras que decorreu ao longo dos últimos anos e permite agora dar uma efectiva visibilidade aos projectos promovidos por mulheres no âmbito do Programa LEADER.

Repertório das iniciativas promovidas por mulheres



"Em Portugal, a participação da mulher no sector primário tem-se tornado particularmente visível nos últimos anos, sobretudo no sector da agricultura familiar. Trata-se da chamada feminização da agricultura, reflexo da procura de trabalho do homem para outros sectores de actividade. O Programa LEADER II evidenciou e permitiu às mulheres isoladamente, ou em articulação com outros programas operacionais e comunitários, o desenvolvimento e aquisição de novas competências, e o investimento em projectos de diversificação de actividades (transformação e comercialização de produtos, turismo rural, artesanato, entre outros).

Em meio rural, as iniciativas promovidas por mulheres no âmbito do Programa LEADER II evidenciam, muitas das vezes, um carácter inovador e possibilitador de novas práticas e de novas formas de saber/fazer. Esta óptica põe-nos perante a definição da noção de inovação como um processo de mudança sustentada, contextualizada (o que é inovador num local pode não o ser noutra), sujeito à experimentação e evolutivo (as inovações propagam-se muitas das vezes sofrendo alterações importantes no seu processo de implementação e de disseminação), devendo ser validada e reconhecida socialmente (uma inovação importada que não obedeça a um processo de validação individual e colectivo que permita a sua sustentação, dificilmente será integrada). Assim, as formas de organização de produtores, o esforço de qualificação de produtos e serviços, a certificação, a diversificação de actividades, as estratégias de marketing e de comercialização, podem constituir exemplos de processos que integram elementos de inovação em função das dinâmicas que são capazes de criar.

A grande variedade dos projectos apresentados, a sua preocupação em conciliar uma actividade económica rentável com a revitalização do património cultural e construído, a capacidade de integrar parâmetros exógenos e endógenos numa óptica de reabilitação de actividades artesanais, agrícolas, turísticas (por exemplo através de uma oferta que responda à procura dos mercados urbanos), o investimento em actividades tradicionalmente pouco participadas por mulheres (fabricação de móveis, serigrafia, serviços contabilísticos), o desenvolvimento de fileiras tradicionais garantindo a continuidade da produção, transmitindo esses saber-fazer aos mais novos, as preocupações mais gerais com a qualificação e a certificação de produtos, são alguns traços marcantes deste pequeno número de projectos apresentado, que representa menos de 7% do conjunto dos projectos promovidos por mulheres no quadro do LEADER II. A marcada heterogeneidade dos projectos reflecte também a diversidade das promotoras quer se considerem os grupos etários, as pertenças sociais, os níveis de escolaridade ou o acesso à formação qualificante.

Esperamos que este Repertório constitua um contributo, ainda que modesto, para dar visibilidade ao que se empreende, à diversidade e à generosidade de muitos projectos, que a par do seu interesse económico e na criação de emprego, apresentam frequentemente uma preocupação pela revitalização do território, nas suas diferentes vertentes (cultural, ambiental, social)."

(da introdução à obra)

Em 59 fichas são apresentadas outras tantas iniciativas, divididas pelo Artesanato, Turismo e Lazer, Cultura, Comércio e Serviços, Produção e Transformação e Associações.



Angelo Arribas | construtor e tocador de gaitas de foles

"Esta arte nasceu comigo"

Reza a história, segundo a mitologia grega, que foi a Deusa Atena a inventora da gaita. Decidida a abrilhantar a assembleia dos deuses com um novo instrumento de nome Aulo (assim se chamava), Atena tocou-o durante um banquete. Contudo, os deuses riram-se ao verem as suas bochechas inchadas, e furiosa a Deusa deitou-o fora amaldiçoando quem o viesse a encontrar.

Angelo Arribas desconhece esta história. Sabe apenas que, por maldição ou destino, foi este o instrumento que sempre o encantou desde a meninice. "Esta arte nasceu-me, não aprendi. Nasceu comigo", afirma com convicção, enquanto com a palma da mão alisa as finas listas azuis da camisa de encontro ao peito.

Foi num dia de Primavera, tinha então sete anos. Estava a guardar uma vaca, e a comer um pedaço de pão, quando por acaso conseguiu apanhar um rato que se aproximara demasiado. "Fui mais rápido que o rato" refere com perplexidade. Depois, "esfolei-o, e com palhas de centeio fiz a minha primeira gaita de fole". Não tinha ronca, mas "por um lado soprava, pelo outro tocava a ponteira".

A partir daí, durante as longas horas de solidão em que conduzia e guardava os rebanhos, sempre desejou ter e tocar uma gaita de foles. Nessa época, duas pessoas marcaram-no com a sua influência. Um irmão residente em Espanha, de onde é originária a sua família, e que via apenas uma vez por ano. Nunca trazia a gaita de foles, mas "eu sentia-o tocar". E o cunhado, Alexandre Augusto Feio, "um dos grandes gaiteiros mirandeses", que viria a ser o seu modelo de gaiteiro.

A falta de uma gaita de foles, e como pastor que não soubesse tocar não era verdadeiramente respeitado, Angelo Arribas tinha nove ou dez anos quando aprendeu a tocar frauta, a conhecida flauta pastoril, e tamboril. Lembra-se bem. Nessa época não se podia andar atrás dos rebanhos com menos de 12 anos, e por duas vezes acabou por regressar a casa com multas da GNR.

Mais tarde, com 16 anos, começou a tocar caixa no Rancho Folclórico de Duas Igrejas, com o Padre António Mourinho. Presbítero, arqueólogo, etnógrafo. Homem apaixonado e defensor dos costumes das Terras de Miranda, Mourinho fundara este grupo e os Pauliteiros de Cércio em 1945. Com ele trabalhou quase 40 anos nos ranchos folclóricos.

"nunca me disse como se tocava"

A música já fazia parte da sua vida, mas a gaita insistia em permanecer à distância. Tudo, devido aos segredos e rivalidades entre os gaiteiros. Ainda hoje guarda remorso das atitudes de Alexandre Augusto Feio. "Uma pessoa que nunca me mostrou como é que se afinava a gaita de foles, nem nunca me disse como é que se tocava". Nos tempos em que tocava caixa num grupo, lembra-se de virem fazer um espectáculo em Lisboa, na antiga FIL onde aconteceu um incidente que

nunca esqueceu. Curioso pelas coisas das gaitas de foles e apanhando o cunhado distraído, Angelo esquivou-se para junto do instrumento. "Apenas meti um dedo na ponteira, para ver o diâmetro que tinha, para poder tentar fazer" recorda. A reacção foi intempestiva. "Quando me viu, não me bateu porque não calhou".

São muitas histórias para contar. De discurso fluido e encadeado, o mestre quase não pára para respirar. Num fôlego discorre sobre a sua vida até à adolescência. Lembra-se das histórias como se fossem hoje. Pontua-as com exclamações e interrogações, reproduz vozes e arrisca suposições. Enfim, acede a uma pausa. Deixáramos já as instalações de Freixenosa, junto à sua casa para nos dirigirmos a Picote, onde guarda as gaitas de foles numa oficina. Aqui o mestre fez questão de vestir a "farda de trabalho" verde azeitona, e ensaia a Alvorada numa gaita galega.

Regressado à história, recorda que apesar das contrariedades ficou sempre a vontade de aprender. Só que a vida trocou-lhe as voltas e atirou-o para as construções de barragens. Ao longo de 36 anos fez disso a sua vida, apenas com uma passagem por França, onde exerceu profissões variadas. Durante todo esse tempo, nunca teve condições para adquirir uma gaita de foles, pois já atingiam preços elevados.

Até que um episódio fortuito fez com que a sua vida desse uma volta de 180 graus. Estávamos nos anos 80, Angelo Arribas voltava a Freixenosa depois de um dia de trabalho na barragem de Picote, quando foi tomado de espanto pela imagem de um rapaz conhecido, a tocar na rua uma gaita com um fole feito de uma câmara de ar de borracha. "Perguntei a esse rapaz: Ó Eduardo, quem fez essa gaita? Fui eu e vosso irmão Manuel. Às noites de serão em casa, furámo-la com um espeto... Pus-me a olhar para aquilo e pensei com os meus botões: Serei assim tão burro que não faça uma gaita melhor do que esta?" Pediu-a emprestada por uma semana, mas na resposta Eduardo ofereceu-lhe o instrumento.

"fiz uma gaita superior aquela"

Armado com essa gaita, foi para a oficina em Picote, na qual ainda hoje trabalha. Com um berbequim, um torno, algumas ferramentas diversas, e uma grande dose de habilidade e paciência, fez uma "gaita superior aquela". Na qual pôs um fole galego, de borracha, vestido com flanela. Nessa mesma gaita começou a dar os primeiros acordes a caminho da aprendizagem. Uma vez que o conhecimento lhe tinha estado vedado até aí.

Mas a história não ficou por aqui. Estava Angelo orgulhoso da sua gaita de foles e das primeiras notas que dali arrancava, quando um dia rumou a Miranda do Douro acompanhado do instrumento de que se tornara inseparável. Ao atravessar a praça encontrou o doutor António Mourinho que

o interpelou: "Ó Angelo, quem fez essa gaita? Respondi: Fui eu. Não te quero ver com isso. Porque senhor doutor? Porque isso é galego. Vais para casa, matas um cabrito, comes a carne, preparas o fole e pões-lhe. Se te apresentares com essa tiro-tal!" De volta a casa, Angelo cumpriu com os desejos do homem que é uma referência na cultura mirandesa, e que tanto o marcou. Algum tempo depois, preparado o fole de cabrito, pô-lo na gaita e voltou a encontrar-se com António Mourinho. Satisfeito o ex-pároco comentou: "Sim senhor. Já não te falta emprego."

Mourinho tinha razões para tanta atenção. O fole é o elemento mais singular da gaita e, no fundo, é o que lhe dá o nome. Sendo a particularidade com que se distingue mais facilmente a gaita mirandesa da galega. O próprio vocábulo gaita deriva do antigo suevo *gaits*, que significaria cabra. A expressão terá assumido a forma de *gayta* em escritos medievais. Daí que o termo gaita de foles seja um pleonismo ou, no mínimo, redundante, dado que não há gaita que não tenha fole. É provável que esta expressão tenha surgido da necessidade de a distinguir da harmónica, erradamente chamada de gaita.

Gaita de foles ou gaita, somente em 1987 é que Angelo Arribas começou a animar festas mirandesas. Nascido em 1936, contava já com mais de 50 anos. A aprendizagem tardia foi compensada pelo amor às gaitas de foles e pelo talento de tocador. Rapidamente aumentou os seus conhecimentos, até dominar quase todo o repertório gaiteiro mirandês. Desde toques de rua, a modas de baile e cantigas, passando pelos inevitáveis e emblemáticos *lhaços* das danças de paulitos.

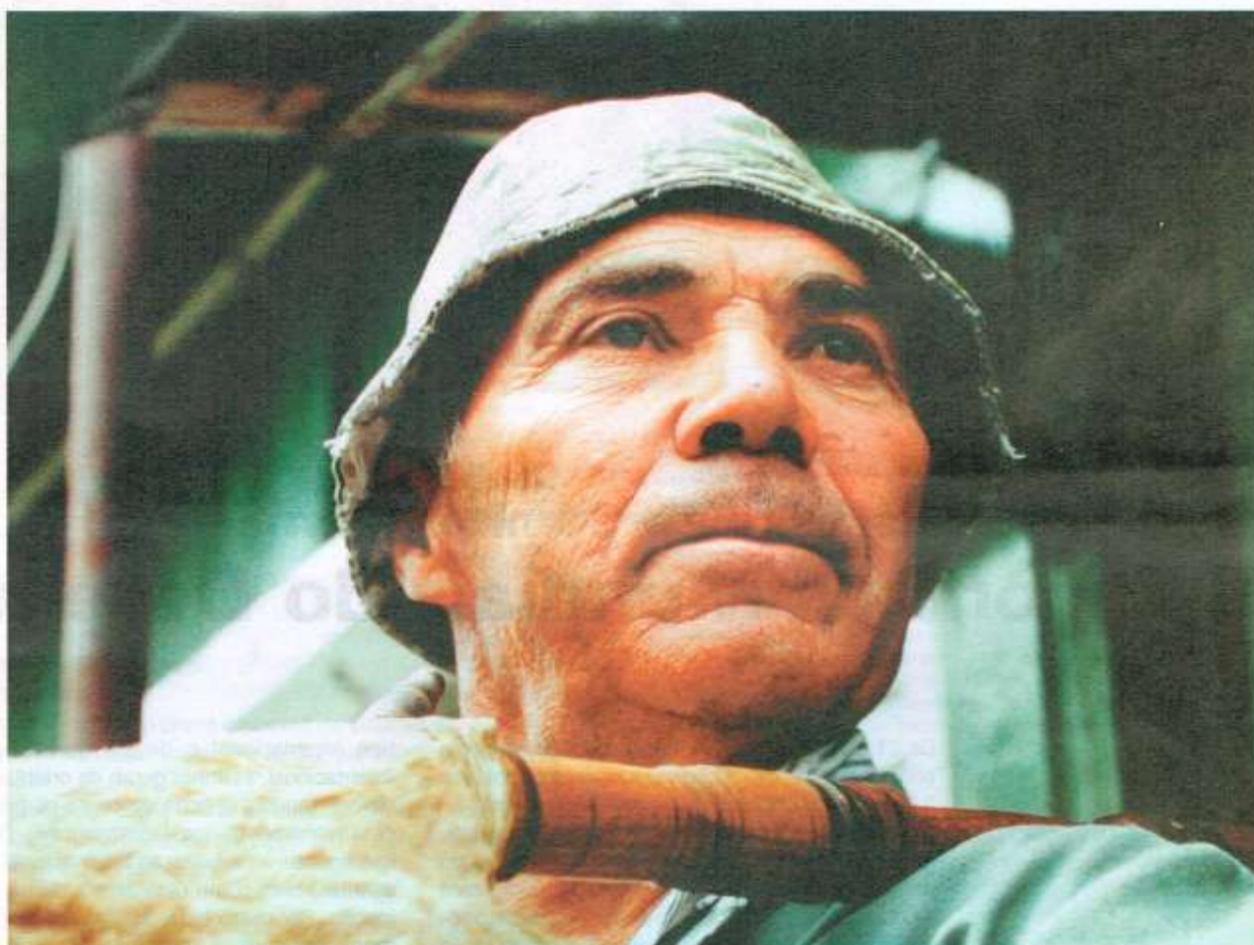
Hoje, dedica-se a tocar o seu vasto repertório acompanhado por Benjamim Monteiro, tocador de caixa, e pelo seu irmão André Arribas, tocador de bombo, num trio a que chamaram os Gaiteiros de Freixenosa. O sucesso tem sido tal, que até lhes falta tempo para corresponder às solicitações. Por vezes, têm de preterir alguns espectáculos por causa de outros, devido à coincidência de datas. "Não me posso rachar ao meio!", exclama num encolher de ombros.

Primeira gaita está em Itália

Em paralelo, o mestre dedica o seu tempo à construção de gaitas de foles, bem como bombos, caixas de guerra, flautas, tamboris, pandeiros e pandeiretas. Aquela primeira gaita, ponto de partida para tudo o que lhe tem acontecido, estará hoje algures por Itália, depois de um casal de turistas ter teimado em comprá-la. Foi a primeira venda para o estrangeiro.

Foi nesta componente que o mestre recebeu apoio do programa LEADER, através da CORANE. Um investimento na oficina de Freixenosa, através da compra de equipamento eléctrico, que visa facilitar o tratamento da madeira. Desbastar, serrar, per-

"Tocar é um dom". Um dom que Angelo Arribas sabia que tinha desde que de tenra idade se apaixonara pelas gaitas de foles. Só que a vida trocou-lhe as voltas e durante mais de 40 anos afastou-o da sua paixão. Até um dia a sorte mudar e concretizar o seu sonho.



fotos: João Limão

furar e limar são hoje operações mais fáceis, e que demoram menos tempo. "Enquanto antes fazia uma gaita por semana, hoje sou capaz de fazer duas ou três", reconhece o mestre.

Por fim, com simplicidade acede a mostrar as componentes da Gaita. Na mão direita segura agora a ponteira. "É o principal", constata com ar sério. "É uma espécie de flauta. É cônica e é furada de forma cônica também". Tem 11 buracos, oito melódicos e três "ouvidos". O comprimento varia consoante o som que se lhe queira dar. As mais curtas têm um som grileiro, que é mais agudo, caso da galega. As intermédias têm o chamado som redondo, e as mais longas têm o som tumbal, como a típica mirandesa. Depois, temos a ronca ou bordão "é oca para dar um som grave". É constituída por três peças encaixadas, e leva uma palheta simples ou palhão, na zona mais estreita. Já não tem furos para os dedos. Para encher o fole usa-se o enchevole ou sopraete. Fica na parte superior, próximo da boca do gaiteiro, e tem na parte inferior "uma válvula que impede que o ar insuflado se escape". Com tranquilidade o mestre dispersa-se ainda sobre alguns conhecimentos acerca da ronqueta e da palheta; até que termina a exposição num gesto vago de deslizar a mão sobre o alto da cabeça onde rareiam os cabelos.

Este saber, Angelo Arribas não quer guardar consigo. Não quer cometer os mesmos erros de outros gaiteiros que lhe

esconderam estes saberes. A pouco e pouco tem vindo a ensinar alguns jovens que se interessam por este instrumento. Vários dos novos gaiteiros que têm feito renascer esta arte, passaram pelas suas mãos. Como é o caso de dois jovens, que devido à escassez da verba da Associação Cultural dos Pauliteiros de Cércio, ensinou em apenas 20 horas de aulas. "Se outro gaiteiro me dissesse que pôs em 20 horas dois rapazes a tocar, talvez eu lhe dissesse que era mentira", confessa Angelo ante a raridade do fenómeno.

"Tocar é um dom." Afirma em jeito de explicação da história acabada de contar. "Não posso chegar ao pé de uma pessoa e dizer: Vou ensinar esta pessoa a tocar num mês. Por muito que queira aprender." É preciso "ter muita música na cabeça" refere com convicção. E é a pensar naqueles que têm "música na cabeça" que o mestre guarda o sonho de um dia ter apoios para criar uma escola para ensinar a fazer e tocar gaitas de foles na região de Miranda. Depois de tudo o que passou, sem nunca lhe quererem ensinar a arte do toque e da construção de gaitas, Angelo Arribas não nega apoio aos mais jovens. O seu lema é mesmo "aprende tudo o que puderes, a ver se aprendes mais do que eu aprendi".

João Limão
jlimao@inde.pt



Reunião do Comité Internacional para os II Encontros Mundiais do Desenvolvimento Local

De 21 a 24 de Setembro reuniu-se em Vairão, pela primeira vez, o Comité Organizador internacional dos II Encontros Mundiais do Desenvolvimento Local.

Os objectivos principais da reunião eram a definição da composição deste Órgão e as regras do seu funcionamento; as formas de articulação com a organização portuguesa; a definição da metodologia para divulgar, a nível mundial, a organização do evento e, finalmente, a discussão dos temas a introduzir na reflexão que será conduzida daqui até à sua realização, de 18 a 27 Outubro de 2002.

Nas instalações do Campus Agrário de Vairão e sob a direcção de trabalhos da Delos Constellation Internacional, estiveram presentes representantes de França e do Canadá, entre os quais os organizadores dos I Encontros, realizados em Sherbrooke em 1998; da Itália, da Bélgica, da Alemanha, da Irlanda, da Espanha, bem como da Comissão Organizadora Portuguesa.

A parceria internacional que dará corpo e representatividade aos Encontros foi constituída no decurso dos trabalhos, através da criação de um Comité Internacional alargado que integra, desde já, a Delos Internacional, a UNADEL (França), o Carrefour do Quebeque para o Desenvolvimento Local (organizador dos I Encontros, em Sherbrooke), a Associação dos Centros Locais de Desenvolvimento do Quebeque, a Delos Portugal e a Comissão Organizadora Portuguesa. A este núcleo inicial se agregarão outros elementos, com representatividade ao nível das diversas regiões do mundo, tarefa que deverá estar completa no decurso do mês de Outubro.

Este Comité Internacional será presidido por Yves Arnaud, Vice-Presidente da Delos-Constella-

tion Internacional e deverá garantir, no plano internacional, as linhas gerais de orientação da iniciativa, tendo em linha de conta os princípios do desenvolvimento local sustentável. Assegurará, igualmente, a mobilização internacional de redes e agentes, bem como uma ampla difusão da informação. Por outro lado, assegurará a ligação permanente com a organização portuguesa e trabalhará com ela em estreita parceria para que se atinjam os objectivos definidos.

Deste Comité Organizador Internacional sairá um Comité restrito e operacional que será composto por um representante da UNADEL, dois representantes das organizações do Quebeque, um representante da Delos Portugal, um da Comissão Organizadora portuguesa e três elementos da Delos-Constellation Internacional.

A afirmação e consolidação de um verdadeiro poder de intervenção a nível local através da mobilização dos actores do terreno e das suas práticas é um dos objectivos definidos para os Encontros Mundiais. Por outro lado, fazer passar a mensagem, junto dos decisores políticos regionais, nacionais e mundiais, da necessidade de encontrar um novo caminho político no contexto actual da mundialização é outra das apostas da organização. Porque o desenvolvimento local não pode manter-se ausente das diversas mobilizações mundiais, antes deve afirmar o seu modelo de participação e intervenção territorializada, integrada e sustentável como uma via possível para atingir uma mundialização de rosto humano.

Pistas para o envolvimento internacional ficaram definidas no decurso da reunião. Os participantes presentes comprometeram-se a contactar

e estabelecer elos de ligação com estruturas tão diversificadas como os actores dos países de expressão portuguesa; da Rede Mundial dos actores de desenvolvimento local, em constituição por iniciativa da UNADEL; as redes americanas e canadianas presentes nos I Encontros; a rede Place aux Jeunes; a rede Ocean Indien; redes ligadas ao Rio+10; associações de desenvolvimento local de Itália; comité permanente para o Partenariado Euro-Mediterrânico; rede Prelude (Programa de Pesquisa e de Ligação Universitária para o desenvolvimento Local); redes de turismo rural alemãs, bem como da Agenda 21; redes de desenvolvimento comunitário e de economia social irlandesas; rede LEADER espanhola e redes ibero-americanas; Alliance pour un monde responsable; Associação das Cidades do Arco Atlântico; CEPAGRO, Brasil. Uma listagem que indica apenas o início de uma longa caminhada na qual se deverão envolver cada vez mais protagonistas, de forma a internacionalizar, cada vez mais, a reflexão que se pretende.

No decurso do mês de Outubro será lançado através de todos os meios e nos mais diversos locais e acontecimentos o Convite à Participação nos Encontros Mundiais, cujo texto divulgamos em caixa. Em finais de Outubro será realizada uma nova reunião em Portugal com a presença do Presidente do Comité Internacional, estrutura que tem a sua segunda reunião prevista para o final do ano, em Espanha.

Francisco Botelho
frbotelho@inde.pt

Convite à Participação nos II Encontros Mundiais do Desenvolvimento Local

Esta iniciativa, de carácter mundial, surge no prolongamento dos Primeiros Encontros do Desenvolvimento Local que se realizaram em Sherbrooke (Quebeque) em Outubro de 1998.

Pretende proporcionar aos actores do desenvolvimento local uma oportunidade de trocar experiências sobre as suas práticas e sobre os meios disponibilizados nos seus países para a sua implementação. Por outro lado, este grande encontro procura dar uma visibilidade acrescida a uma atitude consciente de assumir o desenvolvimento dos territórios a partir do esforço das comunidades locais. Isto subentende a consciência de que o desenvolvimento local dispõe, de facto, de meios e métodos que permitem a melhoria de condições de vida no contexto local.

Num momento em que uma parte significativa da população se interroga sobre a capacidade da actual ordem política e económica mundial de resolver os problemas concretos de desenvolvimento da população, os II Encontros Mundiais do Desenvolvimento Local Sustentável permitirão aos participantes conhecerem-se, descobrirem as suas diferenças e identificar os pontos comuns, compararem as suas práticas e enriquecerem-se com as experiências de outros. Os participantes terão igualmente oportunidade de estabelecer laços de união com actores de outros países presentes, de consolidar parcerias e de organizar uma eficaz solidariedade, fundada em novos parâmetros de uma mundialização de rosto humano.

Como?

Em primeiro lugar, num momento de troca.

Os II Encontros Mundiais do Desenvolvimento Local Sustentável permitirão aos participantes comparar as suas práticas com as das comunidades locais portuguesas e espanholas onde serão recebidos.

Os temas serão abordados a partir das análises, dos métodos e das práticas próprias do desenvolvimento local sustentável.

Como é que o desenvolvimento local pode contribuir para...

- Satisfazer as necessidades essenciais e permitir uma adequada qualidade de vida?
- Resolver os problemas de organização da economia e do emprego numa perspectiva aberta e plural?
- Permitir o aparecimento e o desenvolvimento de empresas, individuais ou colectivas, colocando a actividade económica ao serviço do ser humano?
- Permitir o reconhecimento público dos valores que fundamentam a intervenção do desenvolvimento local sustentável?
- O respeito pelos direitos fundamentais dos homens, das mulheres e das crianças,
 - A democracia,
 - A participação,
 - A capacidade de iniciativa,
 - A capacidade de acção das pessoas e das comunidades para o desenvolvimento dos seus locais?
- Promover o desabrochar do homem através
 - Da educação,
 - Da alfabetização,
 - Da formação profissional,
 - Da expressão artística e cultural,
 - Condições essenciais para assegurar o pleno exercício da cidadania?
- Sustentar prioritariamente as comunidades urbanas e rurais que sofrem de subdesenvolvimento?
- Promover a reciclagem e a reutilização como modo de desenvolvimento com vista a limitar o desperdício de recursos não renováveis, de preservar os espaços naturais e de fazer o melhor uso possível das capacidades humanas?

Esta primeira lista não é definitiva nem exaustiva. Irá enriquecer-se com as propostas dos participantes, à medida que estes se inscreverem no processo de construção de conteúdos e de temas para os II Encontros Mundiais do Desenvolvimento Local Sustentável.

Em segundo lugar, graças a um momento de reencontro e de debate.

Inicialmente em vilas e cidades portuguesas,

Com o objectivo de proceder a uma síntese das respostas inspiradas nas práticas utilizadas nos países participantes e da forma de adaptar esses métodos às diferentes situações encontradas pelo mundo fora.

Depois, em conjunto, com o objectivo de transmitir uma mensagem política.

Para descobrir conteúdos e propostas que alimentarão os debates da sociedade nos diferentes espaços geográficos, nos quais:

- As associações e as ONG tentarão contribuir com respostas concretas,
- Os responsáveis políticos encontrarão respostas para organizar uma forma global de governação que garanta o exercício de uma verdadeira democracia, uma justa repartição da riqueza e um futuro harmonioso para a humanidade.

Trata-se de experimentar um empenhamento efectivo, capaz de traduzir estas propostas em factos concretos.

As modalidades precisas de participação nas diferentes etapas dos II Encontros Mundiais do Desenvolvimento Local Sustentável que se desenrolarão ao longo de uma semana serão transmitidas aos participantes após a confirmação da sua inscrição.

O objectivo é antecipar um futuro que permita às sucessivas gerações garantir uma efectiva solidariedade e ter condições para assegurar uma adequada repartição das riquezas humanas e materiais.

(Texto aprovado na reunião do Comité de Vairão, em 24 de Setembro de 2001)

Declaração do Comité Organizativo Internacional

Vairão (Portugal), 24 de Setembro de 2001

As boas condições de trabalho colocadas à disposição do Comité possibilitaram aos participantes desenvolver um trabalho positivo. As sessões de trabalho coordenadas pela Delos Constellation permitiram progredir numa efectiva internacionalização do processo que conduzirá à realização dos Encontros Mundiais no próximo ano.

Os participantes, vindos de diversos países: Bélgica, Itália, Irlanda, Alemanha, Quebeque, França, Espanha e Portugal (com ausência justificada da Suécia), dirigem a seguinte mensagem:

Do desenvolvimento local sustentável

O desenvolvimento local afirma-se como um processo capaz de permitir novas vias políticas de organização social, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, factor gerador de paz.

Este processo pressupõe a participação activa das populações locais na elaboração do desenvolvimento económico e social dos seus próprios territórios. Implica a educação de todos. Num momento de desestabilização da ordem mundial, tanto política como económica, devemos reconhecer a necessidade de as populações locais criarem um espaço (e um tempo) que possibilite descobrir e identificar os seus pontos de convergência, proceder a um intercâmbio das suas práticas e assumir uma postura de verdadeira democracia.

Os habitantes das vilas e cidades, protagonistas de iniciativas e criadores de riqueza, demonstram a sua capacidade para implementarem as dinâmicas necessárias ao acompanhamento de um desenvolvimento durável e sustentável aos mais diversos níveis (local, regional, nacional, comunitário...).

Apelo à participação nos II Encontros Mundiais do Desenvolvimento Local Sustentável

Este apelo tem como objectivo promover o encontro dos actores locais que levaram a cabo iniciativas concretas em diversos locais do planeta, numa perspectiva de comparar as suas práticas e de partilhar as inovações mais pertinentes.

Estes II Encontros pretendem apresentar os métodos e as iniciativas que apontem para a possibilidade de organizar uma mobilização com vista a uma democracia à escala planetária, apoiada em locais vivos, abertos ao mundo.

As trocas de experiências entre as pessoas permitirão aos responsáveis políticos tirar os ensinamentos necessários à criação de regras à escala mundial que permitam assegurar uma justa repartição de riqueza e um futuro humano de acordo e em harmonia com a natureza.

Congregar, mobilizar para ter êxito

Os participantes nesta reunião do Comité Organizativo Internacional dos II Encontros Mundiais do Desenvolvimento Local manifestam a sua confiança na capacidade do Comité Organizativo Português em reunir os recursos humanos e logísticos necessários para a concretização deste evento, a efectuar entre 18 e 27 de Outubro de 2002. Estão certos igualmente do apoio que os organizadores portugueses encontrarão junto das instâncias regionais e nacionais.

Pela sua parte, comprometem-se a mobilizar, na medida dos seus meios, os seus parceiros, actores do desenvolvimento local nos seus próprios países.

Para além das acções que dinamizarão em cada país, mobilizarão o máximo de recursos possíveis para permitirem a participação de actores do desenvolvimento local de países nos quais existem efectivas desigualdades económicas, culturais e sociais.

Lista de participantes

CAMILO MORTÁGUA | DELOS | PORTUGAL
CATHERINE L'ENFANT-LEGLU | UNADEL | FRANÇA
DANIEL JAUPART | IEPS COLFONTAINE | BÉLGICA
FERNANDA SILVA | VICENTINA | PORTUGAL
FRANCISCO BOTELHO | INDE / CÉLULA DE ANIMAÇÃO LEADER | PORTUGAL
JAVIER LUNA | DIPUTACION DE BADAJOZ | ESPANHA
JEAN CHARLES LOLLIER | DELOS | BÉLGICA
JEANNE DORÉ | CQDL-CARREFOUR QUÉBÉCOIS
DE DÉVELOPPEMENT LOCAL, Presidente | QUEBEQUE
JOACHIM FIEBELKORN | DELOS | ALEMANHA
JOAQUIM MARREIROS | DELOS | PORTUGAL
JOSÉ SOUSA GUEDES | ADER-SOUSA | PORTUGAL
JOSY RICHEZ BATTISTI | DELOS e UNIVERSIDADE MUNDO RURAL, APURE | FRANÇA
JUDITH HITCHMAN | DELOS, DLR SYNERGIES | FRANÇA
LORENZO BARBERA | DELOS / CRESM | ITÁLIA
LUCA MARANGONI | REGIÃO EMÍLIA ROMAGNA | ITÁLIA
MARIE CLAUDE MENARD | CQDL-CARREFOUR QUÉBÉCOIS DE DÉVELOPPEMENT LOCAL; Directora Geral | QUEBEQUE
MARIE JO GAZEL-GONTIER | DELOS | FRANÇA
MARTINE THÉVENIAUT-MULLER | DELOS | FRANÇA
MICHAEL O'MARA | DBD Services | IRLANDA
MIGUEL FREITAS | DELOS | PORTUGAL
NILS LAGERROTH | (ausência justificada) | SUÉCIA
PIERRE DRAPEAU | ASSOCIATION DES CENTRES LOCAUX DE DÉVELOPPEMENT DU QUÉBEC | QUEBEQUE
PIERRE VERSCHURE | DELOS, IEPS COLFONTAINE | BÉLGICA
RUDOLF MONDELAERS | DELOS | ALEMANHA
SAMUEL THIRION | DELOS, INDE / CÉLULA DE ANIMAÇÃO LEADER | PORTUGAL
YVES ARNAUD | DELOS | FRANÇA

Chãos, laboratório do desenvolvimento local

Um território: Aldeia de Chãos. 196 habitantes. Uma associação: Rancho Folclórico de Chãos. 170 sócios. Uma cooperativa: Terra Chã. 10 cooperantes.

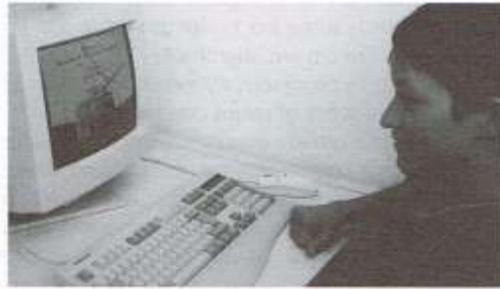
Entre o Ribatejo e a Estremadura, Serra de Candeeiros, freguesia de Alcobertas, Chãos, 1984, 186 habitantes. Uma aldeia no alto da serra, votada a um isolamento natural. Uma população fechada sobre si própria, à margem. Os jovens reivindicam para eles um espaço e um tempo. A solução mais espontânea, de criação de um grupo de teatro, não vingou. Porque não então, sacudir as cinzas de uma ideia velha de 20 anos? E se fosse um rancho folclórico?

A estreia do Rancho Folclórico de Chãos acontece em Agosto de 1985. Desengajem-se, não estamos a falar de um grupo clássico, igual a tantos outros, não. "Desde o início começámos a compreender que o folclore não era o objectivo final, mas era um meio para que os jovens tivessem o seu espaço de convívio." Júlio Ricardo, mentor da associação Rancho Folclórico de Chãos, viu rapidamente amadurecer os frutos desta iniciativa. *A priori*, as condições estavam todas reunidas para o início de um processo de desenvolvimento. Senão, como em tantos outros pontos do país, o caminho para uma desertificação lenta e progressiva poderia ter sido a alternativa mais certa.

O percurso da associação foi sempre linear, mas nem sempre entendido. Em 1987-1988, a região torna-se Parque Natural da Serra D'Aires e Candeeiros (PNSAC). Esta consagração não foi pacífica para a população local. Enquanto uns espalhavam a boa nova da preservação do património natural, os outros pensavam na preservação dos recursos económicos, leia-se pecuária intensiva. As duas visões chocaram. A associação, primeiro apontada como aliada do PN, apanhou por tabela. Houve inclusive pessoas da aldeia, que se afastaram dela, na altura. Afinal, as pecuárias eram o ganha-pão da população. O mal-entendido acabou por ser resolvido, através do diálogo, promovido pela associação.

"queremos voltar a estudar"

Uma juventude desocupada, mas ávida de participar na criação de um projecto comum, reúne-se em torno da associação. O folclore assumiu a função de "cimento", que serviu para consolidar peças soltas. Os jovens conquistaram o seu espaço e a aldeia teve que se adaptar ao movimento. Abriam-se as mentalidades, diversificaram-se os conhecimentos, e a solidão deu lugar à projecção. O culminar deste trabalho ocorreu quando, em 1991, segundo o testemunho do professor Júlio Ricardo, "um grupo de jovens da aldeia perguntou à direcção da associação, o que é que deveria fazer para voltar a estudar". Após reflexão, chegou-se à conclusão que esta vontade era "um bocado a consequência de todo o trabalho de formação e de intercâmbios com os jovens". Os dirigentes da associação partiam do princípio que o confronto dos jovens, e da população, em geral,



Fotos: MRAranha

com outros meios e com outras pessoas funcionaria como fermento para uma valorização pessoal, da aldeia e do seu património.

O terceiro momento forte do processo associativo acontece, em 1996, na Manifesta de Tondela. Aí dá-se o encontro com a Animar, e nomeadamente, com um conceito chamado, desenvolvimento local (DL). Para Chãos a teoria era nova, mas na prática tratava-se de uma velha companheira de luta. "Pensámos: o Rancho Folclórico é um projecto de desenvolvimento local. Estávamos dentro da comunidade, valorizávamos as pessoas e desenvolvíamos as pessoas, a partir de dentro." Simultaneamente, este acordar, reforçado pela necessidade, mais uma vez, de criar um espaço, adaptado aos objectivos e, por conseguinte, às actividades da associação fez emergir a questão da sede. Aqui não se vira só uma página, mas começa também um novo capítulo da vida da associação e da aldeia.

O terreno fica num baldio comunitário, o projecto é de um arquitecto do Parque Natural e a obra, mais concretamente, ergueu-se graças a muito trabalho voluntário dos jovens da associação. O espaço físico em si, baptizado de Centro Cultural de Chãos (CCC), vai estar subdividido em vários sectores, contando com o centro de alojamento, o restaurante, o bar e o espaço multi-funções / o-auditório. A casa ainda está inacabada, mas é, desde já, o orgulho da gente de Chãos: "nós na nossa aldeia temos um rancho, temos uma cooperativa e temos aquela casa". O CCC oferece uma panorâmica invejável sobre a Serra dos Candeeiros. É simples, o prédio vê-se de todas as aldeias vizinhas.

"jovens pelo desenvolvimento"

Júlio Ricardo evidencia uma sombra no quadro desta obra: "a dinâmica que nós tínhamos com os jovens desvaneceu-se bastante e nós sentimos que pedíamos aos jovens mais e mais trabalho, enquanto a perspectiva dos intercâmbios e das pequenas acções de formação, que eram elementos bastante importantes para o desenvolvimento dos jovens, falharam um bocado." O mea culpa enquadra-se perfeitamente na maneira de estar e de ser desta associação. Aqui o sentido da participação quer-se antes de mais desenvolvido. Quer seja depois dos ensaios, no seio da "grande roda", ou no final de cada ano, num "momento de avaliação-planeamento", os jovens são sistematicamente solicitados para emitirem opiniões e juízos a partir de reflexões em comum. "Nós queremos retomar, outra vez, a questão da ligação dos jovens ao processo associativo e ao desenvolvimento local, queremos propor uma formação a que chamamos "jovens pelo desenvolvimento", que passa por pôr os jovens a reflectir sobre a realidade actual do mundo, sobre a aldeia: a aldeia como obstáculo ou como recurso."

Entre a aldeia obstáculo e a aldeia lírica situa-se a aldeia recurso. Não é um novo designio para

Chãos, é o cimentar de um projecto que visa a sustentabilidade, em primeiro lugar. Ao longo destes anos todos, montaram-se os alicerces indispensáveis para garantir o desenvolvimento local desta aldeia: mobilizou-se a população, criou-se um território e construiu-se um fórum de convívio, de debate e de trabalho. O quarto pilar só podia ser de índole económica. "Com a dimensão que a associação começava a ter, tornava-se complicada de gerir. Puseram-se então várias alternativas: ou alugávamos o espaço e recebíamos uma renda mensal, o que nos deixava descansados em termos financeiros, ou então, arriscávamos criar uma estrutura que ficaria responsável pela gestão do espaço. O modelo da cooperativa era o elo mais próximo dentro de um processo associativo e voluntário. É uma associação de pessoas, que tem por objectivo, trabalhar e criar emprego para as pessoas." Assim, numa aldeia de 196 habitantes passaram a coexistir três associações (a terceira, a Associação de Melhoramento de Chãos, vem do pós-25 de Abril).

Movimento de Desenvolvimento Local

Num primeiro tempo, dizer onde começa a associação e onde acaba a cooperativa pode parecer difícil, mas, na verdade, pouco importa, pois, são as duas pernas de um só corpo. A cooperativa "Terra Chã" é a sequência lógica do trabalho associativo. "Há uma interdependência entre as duas entidades. Das duas uma, ou nós deixávamos de avançar, como é o caso de muitas colectividades locais, ou então, dávamos o salto. A associação terá que ser sempre a proprietária do edifício. A cooperativa vai desenvolver e sustentar a dinâmica local." Como? A estratégia quer-se multi-sectorial e integrada. Ou seja, a cooperativa vai atacar várias frentes: o artesanato (a tecelagem); a gastronomia e o turismo de natureza (práticas agrícolas, passeio, espeleologia, escalada, parapente). Segundo o presidente da Associação Rancho Folclórico de Chãos, António Frazão, "a cooperativa constituiu-se, assim, como o pólo dinamizador de várias actividades, todas elas interligadas e complementares."

Em suma, tudo se resume a um laboratório do desenvolvimento local? É por isso que, muito regularmente, teóricos e investigadores, como Roque Amaro, Raul Marques e Álvaro Cidrais sobem ao alto da Serra dos Candeeiros para analisar à lupa o trabalho desta associação. "Ajudam-nos a pensar e a reflectir sobre o nosso processo. É uma espécie de conselho consultivo. Há quem nos diga que já não se pode falar em cooperativa, nem em rancho, mas em Movimento de Desenvolvimento Local de Chãos."

Maria do Rosário Aranha
maranha@inde.pt

ficha técnica

nome: Associação Rancho Folclórico de Chãos: António Frazão (presidente da direcção), Marta Martins (tesoureira), Nuno Caetano (secretário)/ Cooperativa "Terra Chã": Júlio Ricardo (presidente da direcção), Jorge Martins (tesoureiro), António Frazão (secretário), Madalena Bispo (técnica de turismo), Isaac Martins (técnico de turismo ambiental e rural) | morada: Chãos - 2040 - 018 Alcobertas | telefone/fax: 243.405292 | email: ranchof.chaos@clix.pt

SOLIDÁRIOS

Maria Alice, Maria Celeste, Maria de Fátima e Maria Fernanda têm em comum, para além do primeiro nome, o facto de terem frequentado, com mais 11 mulheres, o curso "Oportunidades do Saber" promovido pela Solidários - Fundação para o Desenvolvimento Cooperativo e Comunitário - no âmbito do projecto EFA (Educação e Formação de Adultos) lançado pela ANEFA (Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos).

Para os responsáveis da Solidários, o final do curso (um dos 10 primeiros da ANEFA), em Maio último, trouxe às 15 formandas - residentes nas freguesias rurais de Rocas do Vouga e Couto do Esteves (concelho de Sever do Vouga) -, não só a certificação das aprendizagens feitas ao longo dos sete meses do mesmo mas também, enquanto protagonistas da sua própria aprendizagem, uma oportunidade para desenvolverem ideias de projectos que permitam aumentar os seus rendimentos.

Pegando nas palavras da coordenadora de projectos e formadora da Solidários, Vilma Rainho da Silva, o curso foi realmente uma oportunidade. A articulação entre os objectivos da ANEFA para este curso e a missão da Solidários, bem como o clima de confiança criado entre o grupo de formadores (a sua experiência em educação de adultos e a sua dedicação), o grupo de formandas (um grupo muito especial através do qual conheceram melhor uma zona rural com pobreza material mas rica em cultura) e o local onde decorreu o curso (a Casa da Fonte), permitem-lhe fazer uma avaliação muito positiva do "Oportunidades do Saber" - um dos vários projectos que constam do curriculum desta instituição criada em 1985.

Já lá vão 16 anos quando um grupo de pessoas ligadas ao meio rural decide criar a Solidários com o objectivo de apoiar experiências cooperativas e comunitárias que visem o desenvolvimento local. A experiência anterior de algumas dessas pessoas na criação de pequenas cooperativas no meio rural, na animação e coordenação de grupos de jovens pertencentes a movimentos juvenis organizados ou ambas, nalguns casos, foram as principais motivações que levaram à criação da Solidários.

Por ser constituído por pessoas oriundas de vários concelhos das regiões Norte e Centro do país, das Caldas da Rainha até Barcelos, passando por Covilhã, Santo Tirso e Oliveira do Bairro, o grupo de fundadores (10) acaba por sediar a Fundação neste último concelho por aí já se encontrar a desenvolver projectos, ainda que de forma voluntária, uma das fundadoras; a actual coordenadora e formadora da Solidários, Vilma Rainho da Silva.

Nasceu no Brasil quase por acaso mas chegou a Portugal, sua terra de origem, ainda menina. Terminados os estudos em Lisboa, Vilma regressa ao Norte, a Oliveira do Bairro, e divide-se entre os movimentos juvenis (aos quais esteve sempre ligada), as cooperativas (principalmente uma que ajudou a formar), a profissão de professora e a contabilidade. E se bem que nem uma nem outra carreira tenha vingado - talvez porque Vilma já sabia o que queria fazer da sua vida - foi a dar aulas ou a organizar as contas de empresas que

encontrou a garantia e a segurança financeira necessárias. Porque todo o outro trabalho que desenvolvia fazia-o como voluntária. Uma filosofia, postura ou atitude da qual Vilma comunga e que está, naturalmente, na origem da Solidários.

Os primeiros projectos da Fundação foram, de resto, desenvolvidos "só" na "carolice". Sem recursos para assegurar uma equipa técnica nem meios para manter uma sede a funcionar, os fundadores da Solidários (cada um com a sua profissão) trabalhavam na Fundação à noite, aos fins-de-semana, ou em qualquer outro bocadinho de tempo que sobrava, voluntariamente. Uma palavra-chave nesta instituição (como em tantas outras) "ontem", "hoje" e, muito provavelmente, "amanhã" e que ajuda a compreender quem são, de onde vêm, como se organizam e financiam, o que fazem e para onde querem ir.

Quando surge a Solidários, dada a inexistência ou difícil acesso de apoios oficiais, a Fundação criou um Fundo Rotativo de Apoio que permitia conceder pequenos empréstimos por períodos de três a cinco anos, a uma taxa de solidariedade, vantajosa para os grupos que não podiam recorrer a outros apoios. E porque não bastava conseguir crédito para as pessoas ou grupos que queriam iniciar o seu projecto, porque era necessário reunir com eles, escutar as suas dificuldades e anseios, ajudá-los a abrir perspectivas, a Solidários desenvolveu um trabalho de acompanhamento e apoio de projectos e formação, em torno do qual desenvolveu toda a sua actividade nos três primeiros anos da sua existência.

Em 1989, com as ajudas da Comunidade Económica Europeia e o conseqüente esmorecimento do movimento associativo e cooperativo, a Solidários inaugura uma nova fase ou ciclo (como lhe preferia chamar Vilma) definindo uma nova dinâmica de trabalho onde formação/animação são o principal vector de acção.

Instalar a Fundação, adquirir alguns equipamentos e recrutar algumas pessoas a tempo inteiro - uma decisão que passou simultaneamente pela opção de Vilma de se dedicar plenamente à Solidários - foi outra decisão tomada por esta altura que marcou profundamente a "vida" desta instituição.

A constituição de uma equipa de formadores começa então a ser equacionada. "Inicialmente tivemos a colaboração de uma entidade formadora porque trabalhávamos muito na base do voluntariado. Só mais tarde, quando criámos uma equipa e começámos, alguns de nós, a trabalhar a tempo inteiro e a contratar outros técnicos, é que formamos uma equipa de formadores. Sendo a Solidários uma entidade acreditada para dar formação, nós temos um conjunto de pessoas, grupos de pessoas, associações ou pequenas empresas que embora não sendo funcionários da Fundação fazem parte da nossa equipa. Existe uma rede informal construída a partir de trabalho em conjunto que inclui não só os formadores como um vasto grupo de colaboradores que assumem a filosofia da instituição", afirma Vilma.

Segundo esta responsável da Solidários, através de projectos como o "Vim de Longe, Vou para



Foto: Solidários

Longe" (Youthstart), "Trunfo é Mulher" (NOW) ou, mais recentemente, "Oportunidades do Saber" (e outros que não há aqui lugar para falar), a Solidários não procura mais do que "envolver as pessoas no seu próprio desenvolvimento e criar nos jovens, e nos adultos, o espírito empreendedor. Esta é a nossa missão, a missão da Solidários. Criar oportunidades para que as pessoas do mundo rural sejam protagonistas do seu desenvolvimento e do desenvolvimento das suas comunidades. Uma missão que nos ultrapassa e que é mais importante que nós próprios. A Solidários existe e para ela é importante o que for importante para as pessoas, para as comunidades e para o desenvolvimento dessas pessoas e comunidades".

Para Vilma, a ideia-chave deste trabalho, da missão da Solidários, são as metodologias. "É através das metodologias, e não através do discurso, que conseguimos alcançar os nossos objectivos". Daí que Vilma defenda que este é um dos pontos fortes da Solidários onde, diz, "o que procuramos fazer aqui é investigar e experimentar novas metodologias, adaptadas aos vários públicos, de modo que as pessoas não se sintam inferiorizadas e consigam inverter o sentimento de inferioridade que normalmente têm. Aqui não interessa falar bem, interessa ir ao encontro das pessoas; das suas necessidades e expectativas; a partir daí é que fazemos o nosso trabalho". Uma aposta nas pessoas (do mundo rural) transversal a todos os projectos da Solidários e que reflecte a forma de estar da instituição no desenvolvimento local.

A aquisição da Casa da Fonte - um edifício do século XVII de reconhecido valor histórico, arquitectónico e cultural, situado na freguesia de Couto do Esteves (Sever do Vouga) - em 1998, veio permitir desenvolver melhor este trabalho e abriu espaço para uma nova fase. "A Casa da Fonte estava abandonada mas está muito ligada à população. E, mesmo durante a reconstrução, esta aproximação à população foi e é muito importante".

Através do Centro de Recursos para o Desenvolvimento que aí funcionará essa relação com a população será muito mais estreita do que até aqui. "Com a Casa da Fonte temos um território que até aqui não tínhamos". O que também, admite Vilma, trará uma maior visibilidade à Fundação. Não que este aspecto nunca tenha sido uma preocupação dos seus responsáveis - e a prová-lo está o "Solidários Informação" (jornal trimestral da Fundação) - editado desde 1991 - mas porque instalados num 3º andar isso sempre foi mais difícil, pelo menos junto da população local.

Para Vilma, "ser diferente" é que poderá ser considerado um ponto fraco da instituição que ajudou a fundar. "Somos irreverentes e gostamos da nossa liberdade de pensamento". Mas, reformula, "será mais uma dificuldade que traz dificuldades porque nós não éramos capazes de ser diferentes".

Paula Matos dos Santos
pmsantos@inde.pt

ficha técnica

nome: Solidários - Fundação para o Desenvolvimento Cooperativo e Comunitário | morada: R. Dr. França Martins, 35 -3º Esq. Apartado 123 3770-222 Oliveira do Bairro | telefone/fax: 234 747079 | e-mail: solidarios@mail.telepac.pt | presidente do conselho directivo: José Cardoso Brás, director: Luís Gonzaga Gerardo Nunes | corpo técnico: Vilma Rainho da Silva (coordenadora de projectos e formadora), Sandra Rodrigues (técnica de projectos) e Carlos Ferreira (técnico administrativo).

SILVA, Maria Alda Loya Soares
Iniciação à comunicação oral e escrita - Actividades de expressão / Maria Alda Loya Soares Silva. - Lisboa : Editorial Presença, 1986. - 69 p. : il. ; 21 cm.

"Este livro destina-se a todos aqueles que têm a seu cargo a dinamização de grupos, sejam eles professores de todos os níveis escolares, e de qualquer matéria, orientadores de cursos de formação para adultos, ou outros, destina-se, enfim, a todas aquelas pessoas que tenham de enfrentar situações que requerem uma «competência comunicativa», isto é, um efectivo domínio da língua. Segundo as palavras da própria autora, as sugestões e técnicas aqui apresentadas visam «corresponder às necessidades de comunicação dos alunos», conduzindo-os ao «sucesso, através da descoberta do eu, dos outros, do conhecimento e da cooperação». Na primeira parte, o livro aborda as múltiplas actividades que podem ser promovidas para desenvolver a expressão oral, desde contar ou inventar uma história, à técnica do questionário, passando pela entrevista e não esquecendo a dramatização. Na segunda parte, são tratadas diferentes formas de expressão escrita, compreendendo a produção de textos livres, narrativas, a criação de um jornal da escola, a redacção de currículos, o desenvolvimento de temas e outras modalidades. Em alguns casos, a exposição dos assuntos é acompanhada de esquemas explicativos e ilustrações. Esta obra inclui ainda uma concisa bibliografia que remete o leitor para umas quantas úteis referências."

CAPUCHA, Luis, e outros
ONG's de Solidariedade Social : Práticas e Disposições / Luis Capucha (Coord.); Sérgio Aires, João Quintela, Ana Luzia Reis, Paulo Costa Santos; Paulo Pedrosa (prefácio). - Porto: REAPN - Rede Europeia

Anti-Pobreza / Portugal, 1995. - 208 p.: il., quadros, tabelas, gráficos ; 25 cm. - (Cadernos REAPN : n.º 2)
 "Os problemas da pobreza e da exclusão social ganham uma relevância cada dia maior na nossa sociedade. Por isso se torna cada vez mais prioritária a sua erradicação, objectivo que passa pela criação de medidas inovadoras e pela mobilização crescente das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Misericórdias, Mutualidades e outras Organizações Não Governamentais de Solidariedade Social. O livro ONG's de Solidariedade Social : Práticas e Disposições, resulta de uma pesquisa sobre estas instituições abordando os principais contornos organizacionais, os modelos de funcionamento, os quadros valorativos dos seus dirigentes, o seu pensamento a respeito da pobreza e das políticas sociais, e, ainda, procura sondar as suas disponibilidades para empreender actividades inovadoras de combate à exclusão social. Pelo seu pioneirismo, trata-se de uma obra indispensável a quem queira compreender o tecido institucional da solidariedade social em Portugal, não apenas pelas informações e análises que contém, mas também pelas pistas que abre e pelas estimulantes sugestões que fornece para futuros estudos e debates."

SILVA, Augusto Santos
Cultura e desenvolvimento. Estudos sobre a relação entre o ser e o agir / Augusto Santos Silva. - Oeiras : Celta Editora, 2000. - 173 p. ; 25 cm.
 "Os estudos que compõem este livro exploram a relação entre cultura e desenvolvimento. A cultura convida-nos a partir do sentido que os actores sociais conferem à sua acção, o desenvolvimento convida-nos a qualificar essa acção. Portanto, se a cultura parece constituir o "lugar" mais adequado para pensar a integração das múltiplas dimensões do desenvolvimento, o desenvolvimento permite compreender muito melhor a cultura como

quadro, elemento e resultado das relações sociais. O desenvolvimento tem necessariamente a ver com transformação e mudança. A mudança não há-de ser, porém, concebida como aquilo que se opõe à tradição (...). Este livro, assim como vê a identidade e a acção como dois termos articulados e recusa quer o psicologismo quer o economicismo, assim vê a tradição e a mudança como duas espirais em relação, e recusa vigorosamente a rasura modernista da raiz e da duração, tanto quanto recusa a celebração fundamentalista do passado primordial."

VARELA, José Augusto dos Santos
A política agrícola comum: os princípios, as reformas actuais, a futura Europa verde / José Augusto dos Santos Varela. - Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1996. - 195 p. ; 24 cm. - (Biblioteca de Economia & Empresa ; n.º 47)
 "A Política Agrícola Comum foi a primeira política integrada da Comunidade Económica Europeia e continua a ser a mais importante das políticas comunitárias. Tem sido, paralelamente, aquela que mais controvérsia tem suscitado desde a sua criação até aos nossos dias. Depois da adesão de Portugal, é, também, aquela que mais decisivamente vai influenciando nos rumos da agricultura portuguesa. A Política Agrícola Comum conduz o leitor nos caminhos da PAC, desde os seus princípios até às reformas actuais e aos desafios do futuro. (...) O leitor ficará, assim, a conhecer o seu processo evolutivo, podendo avaliá-lo melhor e ajuizar dos seus reflexos sobre a nossa agricultura. No momento em que todos nos interrogamos sobre o futuro da agricultura portuguesa, as ideias que nesta obra o autor apresenta sobre a desejável evolução da Política Agrícola Comum para uma nova Europa Verde poderão contribuir para conciliar dois objectivos igualmente essenciais - a construção europeia e a sobrevivência da nossa agricultura."

Disponibilização de documentos on-line; Informação temática regular; Apoio personalizado via e-mail.



Segundo o inquérito que a Célula de Animação realizou em Maio/Junho deste ano, estas são as principais contribuições que os Agentes de Desenvolvimento Local esperam de um Centro de Recursos formativos e informativos...

<http://caleader.inde.pt/cr/index.htm>

Na expectativa de acertar o passo com o interesse e as necessidades dos Agentes de Desenvolvimento Local manifestados nesse inquérito, o Centro de Recursos para o Desenvolvimento Local, apresenta-se numa fase experimental no site da Célula de Animação.

Actualmente permite a **pesquisa** de obras referenciadas na base de dados documental do Centro de Documentação e Informação da CAL, às quais os interessados poderão ter acesso mediante um sistema de empréstimo.

Na rubrica **dossiers temáticos**, o Centro de Recursos sistematiza por temas e disponibiliza a informação proveniente de diversas actividades e publicações da Célula de Animação, assim como de outras fontes.

Mas a principal funcionalidade facultada aos utilizadores é um **e-boletim** enviado regularmente para os endereços de correio electrónico dos interessados. Para receber este e-boletim os utilizadores do Centro de Recursos devem inscrever-se nos temas sobre os quais gostariam de receber informa-

ção. O sucesso desta iniciativa em particular, apenas se pode medir através da utilidade deste instrumento para o trabalho dos Agentes de Desenvolvimento Local ou outras pessoas interessadas.

Por agora deixamos o convite para que se inscrevam para que conjuntamente testemos o funcionamento e o interesse desta iniciativa.

L.C.
 lmchaves@inde.pt

Ader-Sousa promoveu visita à Borgogne

Um grupo de oito vitivinicultores locais e técnicos do sector visitaram durante quatro dias (2 a 6 de Agosto) a região da Borgogne. Esta região, além de ser uma das mais conceituadas de França em termos vitivinícolas, tem um conhecimento profundo do enoturismo. Assim, esta visita técnica teve como grande objectivo permitir o contacto com essa realidade.

O plano contemplou a visita a diferentes sub-regiões dentro da Borgogne e o contacto com diferentes tipos de produtores, nomeadamente adegas cooperativas, vitivinicultores engarrafadores e

negociantes. Em cada produtor foi possível obter a descrição dos sistemas de vinificação e avaliar a potencialidade dos vinhos através de inúmeras provas de degustação.

A região da Borgogne produz Chardonnay (vinho branco) e Pinot Noir (vinho tinto) contudo, e apesar da produção dos vinhos se basear essencialmente nestas duas castas, trata-se de uma região complexa em termos de denominações de origem. Estas assentam principalmente na caracterização da vinha, do solo, do clima, que são entendidos como o "terroir" e influenciam decisivamente o carácter dos vinhos

a obter. Neste sentido, foi possível comparar Chardonnay e Pinot Noir da Côte de Nuits e da Côte de Beaune. De destacar o preço elevado dos vinhos, devido em parte à sua grande qualidade, mas igualmente a uma cota significativa de marketing, imagem e organização em termos de enoturismo.

São iniciativas como esta que contribuem para um maior conhecimento da realidade vitivinícola europeia e consequente incremento e inovação nesta actividade a nível local, regional e nacional.

ADER-SOUSA

VIII Festa dos Vinhos de Basto



foto: Probasto

Decorreu, entre 30 de Agosto e 2 de Setembro, mais uma Festa dos Vinhos de Basto em Ribeira de Pena.

A VIII Festa dos Vinhos de Basto, foi organizada pela PRO-BASTO (Associação de Desenvolvimento Rural de Basto), uma associação que integra quatro municípios das Terras de Basto – Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena.

A iniciativa serviu para que nove produtores / engarrafadores de Vinhos Verdes da Região de

Basto mostrassem a qualidade dos seus vinhos num ambiente de festa, vinhos esses que foram sujeitos a uma prova cega onde obtiveram nota bastante alta por parte dos enólogos da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes.

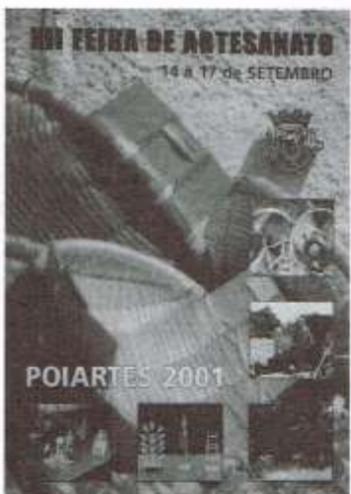
Para além dos vinhos, os visitantes puderam ainda apreciar o Mel da Serra do Alvão, produzido na Freguesia de Santa Marinha, as Compotas de Agunchos e os Doces de Basto. Outros produtos gastronómicos da região estiveram

ainda em destaque neste certame, tais como: rojões, couves com feijão, frango pica no chão e milho, não faltando também o fumeiro, bem como as raças autóctones – Maronesa e Barrosã.

A animação também foi uma constante nesta edição da Festa dos Vinhos de Basto, tendo sido privilegiados os cantares populares e o folclore da região.

Rui Teixeira
PROBASTO

Uma Feira de Artesanato em grande



Entre 14 e 17 de Setembro, realizou-se a POIARTES 2001.

A azáfama era muita na véspera de mais uma Feira de Artesanato de Vila Nova de Poiares. Finalizavam-se os últimos preparativos da feira que todos os anos traz a esta Vila o artesanato que se vai fazendo por Portugal inteiro.

A POIARTES surgiu em 1984, como uma iniciativa inovadora a nível regional, mas tem vindo a crescer ao longo dos anos. Nesta sua XII edição contou com a presença de 142 expositores. A maioria dos expositores esteve a cargo de artesãos da região que trouxeram até às 20 mil pessoas que visitaram o certame o que de melhor sabem fazer: capachos, ceiras, cestaria, canastraria, tecelagem, palitos artísticos e outros artefactos em madeira, mós e barros pretos.

A animação esteve sempre presente
No espaço exterior ao Pavilhão Gimnodesportivo onde se encontravam estes expositores, aconteceu mais uma Mostra de Gastronomia. No domingo, houve mesmo a apresentação oficial da "Confraria da Chanfana de Vila Nova de Poiares".

Paralelamente decorreram ainda outras iniciativas, como: a exposição de "Esculturas em Madeira – Figuras Etnográficas do Concelho", o Festival de Folclore e a Festa da Juventude, com uma programação direccionada para os mais jovens e que contou com actividades no Kartódromo de Vila Nova de Poiares e no Centro Hípico de Vale de Vaz e uma discoteca numa tenda gigante junto à Feira de Artesanato.

Mas a música também foi uma constante. Para além das caras conhecidas, como os Anjos, a Ágata e a Micaela, houve ainda um desfile de Tunas Académicas pelas ruas da Vila.

A Exposição Itinerante LEADER II
A pedido da DUECEIRA (Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça) a Exposição Itinerante do LEADER II deslocou-se a terras da Beira Litoral para representar esta Associação na XII Feira de Artesanato de Vila Nova de Poiares.

A Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça representa seis concelhos desta região, um dos quais Vila Nova de Poiares. Para Ana Souto, técnica da DUE-

CEIRA, "em termos micro-económicos, o artesanato é bastante importante e temos um número apreciável de artesãos na nossa região. Por tal, temos também sempre presente que participar nas feiras de artesanato é dar-mo-nos a conhecer a esses mesmos artesãos e, sobretudo, eles sentirem que têm uma entidade que os acompanha na sua actividade."

O final

No dia 17, deu-se o encerramento oficial que se traduziu num agradecimento e num convívio com os artesãos, num reconhecimento pela sua presença, e onde houve a entrega de diplomas de participação e de uma placa comemorativa desta edição do certame.

Este ano, houve, ainda, a entrega do Prémio de Artesanato "POIARTES 2001" com o intuito de incentivar os artesãos no seu trabalho. O premiado foi Lino Moreira, com a sua Guitarra Portuguesa "Amália", um trabalho em Pedra de Xisto.

Helena Santos
hsantos@inde.pt



Foto: Isto É

INICIATIVAS COM INTERESSE

VOX POPULI - MÚSICA DAS SETE PARTIDAS DO MUNDO

Serpa

Ciclo de concertos de músicas populares, com periodicidade mensal, até ao final do ano. Pretende-se com este projecto, por um lado, proporcionar às populações de uma região periférica, tradicionalmente afastadas dos circuitos de difusão cultural, o contacto com manifestações artísticas de qualidade, assentes na diversidade cultural, e, por outro, afirmar de forma progressiva o papel da cultura - e da música em particular - como veículo do desenvolvimento local de Serpa nos próximos anos, seguindo as linhas-mestras dos planos estratégicos já definidos anteriormente pela autarquia local.

O projecto é uma iniciativa da ETNIA e da Câmara Municipal de Serpa, em colaboração com o World Music Centre.

Contactos: ETNIA | Cooperativa / Centro Cultural
Rua Direita, 156 - 4910 Caminha
Tel: 258 722 557 / 258 721 218
Fax: 258 922 590
etnia.norte@clix.pt

ACE / Gab. Coord. de Projectos
Calçada do Marquês de Abrantes, 10, 3º Esq.
1200 Lisboa
Tel: 21 397 06 29
Fax: 21 397 06 37
etnia@esoterica.pt

2º CONGRESSO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Lisboa

2-5 de Outubro

Na era da globalização dos mercados, do comércio e da informação, e num Mundo onde as ameaças ao ambiente são uma constante, a conservação e a gestão dos recursos naturais são um dos principais desafios que se colocam à Humanidade.

Várias são as acções que ainda deverão ser desenvolvidas a nível nacional, para reverter a actual tendência de degradação ambiental e garantir a nossa qualidade de vida e a das gerações futuras. Contudo, só a conseguiremos quando todas as nossas actividades e comportamentos, individuais e colectivos, forem ambientalmente sustentáveis.

Pretende-se com este Congresso desencadear um debate alargado que permita uma troca de experiências sobre as formas de responder ao desafio acima enunciado. Neste âmbito, serão fundamentalmente abordados os seguintes aspectos: o papel que as áreas classificadas, através da sua gestão, poderão desempenhar na conservação da diversidade biológica; as medidas e acções a

desenvolver tendo em vista a conservação e recuperação de espécies e habitats; os modelos de utilização sustentável da diversidade biológica.

Contactos: ICN
Rua Ferreira Lapa, 29
1169 - 138 Lisboa
Tel: 21 352 33 17
Fax: 21 354 25 01
congresso@icn.pt
www.icn.pt

EXPO VINAZ IBÉRICA - 1ª EDIÇÃO DO VINHO E AZEITE FÓRUM DE OPORTUNIDADES E INOVAÇÃO

Redondo

3-7 de Outubro

Este fórum insere-se numa estratégia de desenvolvimento agrícola e rural que visa incentivar uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto actividade produtiva, moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, nas vertentes ambiental, económica, social e industrial.

O certame reúne um conteúdo programático que, no seu conjunto, constitui uma iniciativa de características únicas a nível regional.

Os temas como o azeite e o vinho deverão ser alvo de discussão e reflexão, assim como de algumas conclusões.

Inserido nesta Expo Vinaz Ibérica, realiza-se, nos dias 4 e 5 de Outubro, o I Congresso Internacional do Azeite e do Vinho.

Contactos: www.agroportal.pt/eventos/promo/vinaz/index.htm

CICLO DE PASSEIOS DE NATUREZA 2001

Os passeios organizados pela LPN Algarve (Liga para a Protecção da Natureza) têm lugar no primeiro sábado de cada mês, exceptuando Janeiro e Agosto:

- 6 de Outubro - Sagres Festival Mundial das Aves
- 3 de Novembro - Alcútim
- 1 de Dezembro - Ria de Alvor

Contactos: LPN Algarve - Liga para a Protecção da Natureza
Apartado 439, 8500 Portimão
Tel: 91 493 50 65 (Elisabete Rodrigues);
91 908 07 19 (Jose Fernando Vieira);
282 78 93 59 (Jill Lloyd)

3º CURSO DE MESTRADO INTERNACIONAL EM GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Lugo e Vila Real

22 de Outubro

Este curso é uma iniciativa conjunta das Universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro e Santiago de Compostela.

Trata-se de uma formação que articula teoria e prática, dirigida para a investigação e a acção.

O curso terá como actividades: dois períodos intensivos de aulas (6 horas diárias), de oito semanas cada, o primeiro em Lugo (22 de Outubro a 14 de Dezembro de 2001) e o segundo em Vila Real (28 de Janeiro a 22 de Março de 2002), oito visitas de estudo, um período de estágio e estudo independente (Abril - Maio de 2002) e preparação de uma dissertação.

Existem três módulos centrais do curso: "Introdução ao Desenvolvimento Rural: Aspectos Sociológicos, Económicos, Políticos e Institucionais", "Diversificação de Actividades no Espaço Rural: Realidades e Alternativas" e "Instrumentos e Técnicas de Apoio ao Desenvolvimento Rural".

Contactos: Comissão Directiva do Curso
Tel: 259 30 22 07
Fax: 259 30 22 09
acristov@utad.pt
fdiniz@utad.pt
tkoehnen@utad.pt

"SABOR TRANSMONTANO"

Mosteiro de S. Martinho de Tibães, Braga

Até 31 de Outubro

Uma exposição de fotografias de José Alves Teixeira que é um alerta para os perigos que pairam sobre o património natural do rio Sabor - um dos últimos rios selvagens de Portugal - e o rico património cultural de Trás-os-Montes - as tradições, seculares ofícios, práticas agrícolas, romarias e quotidianos.

Contactos: Luzia Sousa
Museu de História Natural
Faculdade de Ciências do Porto
4099 - 002 Porto
Tel: 22 340 15 28
Fax: 22 200 86 28
lsousa@fc.up.pt

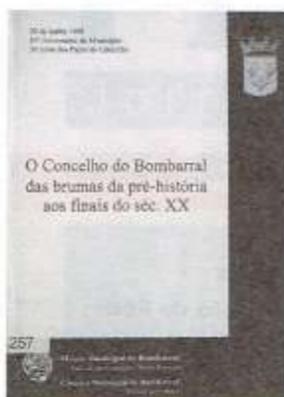
XXVI FEIRA NACIONAL DO CAVALO

Golegã

2-4 e 7-11 de Novembro

Durante os dias da Feira irá decorrer uma Exposição de Pintura, Escultura e Cerâmica sobre a temática do Cavalo, a par com as diversas provas que se irão realizar: Concurso Nacional de Atrelagem, Concurso de Resistência Equestre, Concurso de Saltos de Obstáculos, Prova de Equitação à Portuguesa, Concurso de Dressage Nacional, Concurso Nacional de Apresentação do Cavalo de Sela, Prova livre com música.

Contactos: Tel: 249 97 63 02
Fax: 249 97 71 14



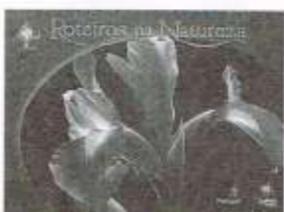
O CONCELHO DO BOMBARRAL DAS BRUMAS DA PRÉ-HISTÓRIA AOS FINAIS DO SÉCULO XX

PATULEIA, Manuel; Museu Municipal do Bombarral e Câmara Municipal do Bombarral, 1999

Com o apoio do Programa LEADER II / LEADER OESTE

Em 29 de Junho de 1999 comemorou-se no Bombarral o 85º aniversário do município e os 50 anos da inauguração dos Paços do Concelho. A ocasião serviu para o lançamento deste trabalho histórico que tem a sua génese num desafio lançado ao autor para que escrevesse um texto teatral que sintetizasse a história do território do concelho. É desse sonho inicial, em linguagem coloquial, que surge este livro, dirigido a quantos nasceram e vivem no concelho do Bombarral.

"Se os bombarralenses, sobretudo os mais jovens, se debruçarem sobre [a obra] e isso permitir, nesta época de globalização desenfreada, uma reflexão para que um só deles encontre referências positivas, nas raízes da nossa cultura e história, que iluminem a formação da sua personalidade e modo de vida, os objectivos deste trabalho foram plenamente alcançados" – é assim que o autor define a grande aspiração de contribuir para a afirmação da identidade cultural das gentes da sua terra.



ROTEIROS DA NATUREZA

Região de Turismo Leiria / Fátima, 2001

Com o apoio do Programa LEADER II / ADAE

Folheto divulgador da Região de Turismo de Leiria / Fátima, esta obra contou com a colaboração da Quercus e apresenta sete percursos temáticos de descoberta. A civilização da pedra é o primeiro, envolvendo o património construído entre Fagarza e Caneiro. Em redor de Abdegas é outra das propostas, em visita entre S. Sebastião e Vilar dos Prazeres. Entre Vales e Outeiros é a sugestão de um roteiro entre Matas e Ourém; ao longo de rios e ribeiras, que liga o Vale da ribeira de Seiça ao Agroal; entre a história e a natureza é o percurso proposto entre Pombal e Mata Mourisca; por Terras de Sicó o que dá a volta ao maciço de Sicó e, finalmente, pelas margens do Arunca o que liga Pombal a Vila Ca.

Informação sintética dos principais locais a visitar, mapa esquemático de cada circuito e uma ilustração cuidada tornam este folheto numa peça muito interessante para a descoberta do património e da natureza de uma região que tem tido, até agora, no turismo religioso a sua expressão hegemónica.



ROTEIRO TURÍSTICO DE VILA VELHA DO RÓDÃO

Centro municipal de Cultura e Desenvolvimento e Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, 1997

Com o apoio do Programa LEADER II / ADRACES

"Aqui nos despedimos das terras da Beira e adivinhamos já, no lento caminhar do rio, a calma planura alentejana", é a forma de expressar o fascínio de uma terra na fronteira entre dois mundos.

Profusamente ilustrado, está dividido em duas partes. Na primeira, em fichas sintéticas, estão tratadas a Terra e as Gentes. Na segunda parte, são registadas as propostas de passeios. Dois em volta do rio Tejo – da ponte à Fonte das Virtudes e a arte rupestre do vale do Tejo; dois em torno do rio Ocreza – entre Carapetosa e Sernadinha e entre Sernadinha e Foz do Cobre. O Açafal e a Senhora dos Remédios completam a oferta de circuitos.

FELICIDADE ENTRE ESTEVAS

BANKS, Ruth; In Loco, 1998

Com o apoio do Programa LEADER II / IN LOCO

A primeira edição desta obra foi feita em 1996 em língua inglesa, a edição portuguesa surgiu dois anos depois.

"Esta é uma história verdadeira, sobre pessoas reais", é o aviso que é colocado junto da dedicatória. A descrição vivida e sentida de um confronto de culturas produzido pela deslocação de uma cidadina inglesa para o interior algarvio.

"Felicidade entre estevas trata precisamente deste processo [interacção entre o mundo urbano e rural] embora de uma forma mais pessoal e emotiva: a atracção e a repulsão, as incompreensões, apreciações incorrectas, revelações súbitas que vêm à superfície, em público ou no íntimo de cada um, quando duas culturas muito diferentes começam a coexistir num ritmo diário."

"O grande mérito de Ruth Banks, e com efeito deste livro, é saber retratar – com a maior franqueza e sem condescendência este processo tão difícil como compensador. E mostrar como o respeito e estima recíprocos, e por fim o afecto, são condições necessárias para se começar a aprender uns com os outros e transformar assim o abismo cultural inicial em cooperação criativa e ajuda mútua: as verdadeiras raízes de qualquer comunidade humana" (excertos do Prefácio da autoria de Alberto Melo).

<http://www.colectividades.org/index.html>



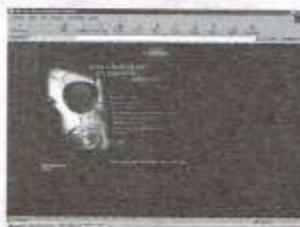
Trata-se de um site direccionado para as colectividades de cultura, recreio e desporto de todo o país.

Aqui podemos encontrar todas as notícias que interessam às colectividades, assim como aceder a um Consultório onde são dadas respostas às perguntas mais usuais e onde se podem encontrar

os documentos necessários a novas associações.

Destaque ainda para o projecto 2001 Associações com o qual se pretende aproveitar a implantação social das colectividades de cultura, recreio e desporto, inscritas ou não na FPCCR (Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio), para prevenir riscos de info-exclusão e para alargar significativamente o número de pessoas com acesso às tecnologias da informação e usufruto dos benefícios destas, bem como o número de locais com acesso público à Internet, e também fomentar a criação de conteúdos portugueses na rede.

<http://www.vinitur.pt/inside/f5.html>



A VINITUR, um expert em Portugal do turismo de gastronomia e vinhos, lança nesta sua página o convite: "Parta à descoberta do Portugal dos sabores autênticos." São apresentados aqui diversos programas e circuitos temáticos que visam dar a conhecer toda uma panóplia de cores e sabores do nosso país.

Nesta página, para além de termos uma lista de todos os circuitos e programas à disposição, são-nos apresentadas 11 Rotas de Vinho: Rota dos Vinhos Verdes, Rota dos Vinhos do Porto, Rota das Vinhas de Cister, Rota dos Vinhos da Beira Interior, Rota dos Vinhos do Dão, Rota dos Vinhos da Bairrada, Rota da Vinha e do Vinho do Ribatejo, Rota dos Vinhos do Oeste, Bucelas, Carcavelos e Colares, Rota dos Vinhos da Costa Azul e Rota do Vinho Alentejano.

Nota da Redacção:

As nets divulgadas no número anterior do Pessoas e Lugares surgiram sem a inclusão da Home Page. Do facto pedimos desculpa e divulgamos agora a respectiva foto e endereço.



<http://www.unv.org>



<http://www.voluntarios.com.pt>



<http://www.iyv2001.org>

Agricultores de Sever do Vouga estão a virar-se para a cultura do mirtilo. A plantação não é um trabalho exigente nem implica grandes investimentos e é muito mais rentável do que as culturas tradicionais praticadas na região. As boas condições climáticas aliadas a solos favoráveis rapidamente fizeram de Sever do Vouga a capital do mirtilo – um pequeno fruto originário da América do Norte, com excelentes qualidades nutritivas e medicinais.



fotos: ADRIMAG

Mirtilo

Uma baga de sucesso

Tudo começou em 1990 quando um grupo de holandeses promoveu as primeiras experiências com mirtilos em Portugal. Dos vários concelhos onde foram realizados ensaios para testar a planta do mirtilo no nosso país, nomeadamente em Sátão, Tarouca, Viseu e Sever do Vouga, foi neste último que se registaram os melhores resultados.

As boas condições climáticas, inerentes às características de micro-clima que a zona apresenta, e os solos ácidos e ricos em matéria orgânica, necessitando de poucos fertilizantes – factores vitais para esta planta – motivaram a introdução da cultura de forma seleccionada e organizada.

Com clima e solos favoráveis, esta nova cultura, beneficiando também deste estatuto no âmbito dos programas nacionais de agricultura e desenvolvimento rural, rapidamente ganhou adeptos entre os agricultores de Sever do Vouga, revelando-se uma alternativa ou, nalguns casos, um complemento, às culturas tradicionais praticadas na região.

Em Sever do Vouga, o mirtilo veio contribuir não só para o aumento do rendimento dos agricultores como proporcionou a recuperação de terrenos abandonados, a criação de postos de trabalho (ainda que alguns com carácter sazonal), e a aquisição de novos conhecimentos e novas técnicas de cultivo. Além disso, por não necessitar de tratamento fitossanitário, o mirtilo é considerado uma cultura biológica respeitando a actual política de ambiente.

No entanto, este pequeno fruto originário da América do Norte, uma baga de cor azulada e sabor agridoce, rica em vitaminas e sais minerais e com excelentes propriedades nutritivas e medicinais, é ainda desconhecido da maioria dos portugueses.

Dar a conhecer o mirtilo e demonstrar os benefícios do seu consumo para a saúde foi o que levou a Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira (ADRMAG) a apoiar, no âmbito do Programa LEADER II, uma organização de produtores de mirtilo de Sever do

Vouga (Mirtilusa) a abrir as portas do mercado nacional e conquistar os portugueses.

Mas três anos depois da campanha de divulgação e promoção apoiado pelo LEADER, os países do Norte da Europa, onde o fruto é amplamente conhecido e consumido, continuam a ser o principal mercado do mirtilo nacional. De acordo com o presidente do conselho de gerência da Mirtilusa, Juvenal Costa, cerca de 90% da produção de Sever do Vouga destina-se ao mercado nórdico, sendo a Holanda o maior "cliente".

Segundo este dirigente, também ele produtor, o "tempo" é o "segredo" do sucesso do mirtilo de Sever do Vouga. E explica porque. "Devido às boas condições climáticas, conseguimos ter, em condições normais (isto é, sem recorrer a estufas) mirtilos no final de Maio", o que, na sua opinião, "nos coloca numa situação vantajosa" relativamente aos outros países da Europa onde também é produzido, nomeadamente na Bélgica, França, Itália e Espanha.

Agricultores voltam à terra

Uma vantagem visível aos olhos (e palpável nos bolsos) que tem levado vários agricultores de Sever do Vouga a aderir ao mirtilo, não parando de crescer o seu número. Quando foi criada, em 1994, a Mirtilusa começou com 13 produtores mas, actualmente, já conta com 68 produtores, 38 dos quais associados.

Mais produtores, mais área de cultivo - actualmente 18 hectares - e, não fossem os problemas climáticos que afectaram a cultura (e a agricultura de um modo geral) nos últimos anos, mais produção.

A Mirtilusa tem registado uma significativa diminuição na produção (das 37 toneladas atingidas em 1999, a produção passou para as 22 no ano passado tendo-se ficado pelas 17 na última colheita) mas ainda assim Juvenal Costa não se mostra preocupado. Antes pelo contrário. A mudança de instalações e o lançamento de uma nova campai-

na de promoção do produto no mercado nacional são objectivos que esta organização pretende atingir a curto prazo, numa demonstração que a cultura do mirtilo é uma aposta com futuro.

Assim pensa também João Carlos Pinho da ADRIMAG que não põe de lado a possibilidade de aquela associação voltar a apoiar o mirtilo, promovendo quer o seu consumo quer a sua expansão no país. Contudo, a prioridade será dar continuidade ao projecto de cooperação desenvolvido com a Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira (ADRAMA) e a Direcção Regional de Agricultura da Madeira.

Através do LEADER II foram ensaiadas algumas experiências de introdução do mirtilo na Madeira, tendo os resultados sido bastante animadores. O micro-clima da Madeira e a existência de um importante mercado consumidor (os turistas), são aspectos favoráveis que levam Manuel Arada da ADRAMA a afirmar que o próximo passo desta parceria será levar à zona de Sever do Vouga alguns agricultores madeirenses para verem "in loco" como é produzido o mirtilo naquela região.

Uma troca de experiências que poderá resultar na produção de mirtilo na Madeira onde, curiosamente, existe uma variedade selvagem conhecida como baga-de-luveira. Uma planta endémica daquela região autónoma que, tal como o mirtilo severense pode ser consumido fresco ou transformado em doce, com a diferença de crescer desde tempos imemoriais sem qualquer intervenção humana. Uma particularidade que tem sido motivo de grande entusiasmo de numerosos chefes cozinheiros que não conseguem resistir a este tipo de ingredientes, utilizando-os tanto na cozinha oriental como ocidental, fazendo aumentar a sua procura em todo o mundo. Uma moda, em voga na Austrália, que deverá chegar a outras terras...

Paula Matos dos Santos
pmsantos@inde.pt

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Propriedade:

INDE - Intercoperação e Desenvolvimento, CRL

Administração e Redacção:

INDE/Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Rua Marquesa de Alorna, nº 34 – 2º Esq.

1700-304 LISBOA

Tel. 21.8446595 | Fax.21.8446623

Email. caleader@inde.pt

Site: <http://caleader.inde.pt>

Mensário

Director: Samuel Thirion

Editor: Camilo Mortágua

Chefe de Redacção:

Francisco Botelho

Editor Gráfico: Ana Alvim / Isto É

Redacção: Helena Santos, João

Limão, Paula Matos dos Santos,

Maria do Rosário Aranha

Colaboraram neste número:

Luís Alvarez, Luís Chaves, Ader-Sousa,

Rui Teixeira / Probasto

Paginação e pré-impressão:

Isto é, comunicação visual, lda

Rua de Serralves, 693-697

Apartado 1503

4107-001 PORTO

Tel.: 22 616 65 70 | Fax: 22 616 65 79

e-mail: isto-e@esoterica.pt

Impressão: Tipografia Silvas, CRL

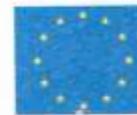
Rua D. Pedro V, 122 - 1º E

1250-094 LISBOA

Número de exemplares: 4.000

Depósito Legal nº 142 507/99

Registo ICS nº 123 607



Comissão Europeia

Programa LEADER II